

REQUERIMENTO "P" C/PROC : 006013393 DE 1993

NATURZA . REQ.P(C/PROC) : 06-0130/93-7 DE 01/04/93

PROMOVENTE . VENCEDOR

JOSE INDIO FERREIRA DO NASCIMENTO

S E N T E N C A

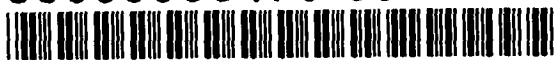
Requer a criação de uma Comissão Especial para Estudos da Proble-
mática da Privatização e Terceirização no âmbito da Administração
Municipal de São Paulo

I N D I C E

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDOS DA PRIVATIZAÇÃO
CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS
EMPRESA MUNICIPAL
PRIVATIZAÇÃO

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
6/10/2010 13:52:01

00000000475-89



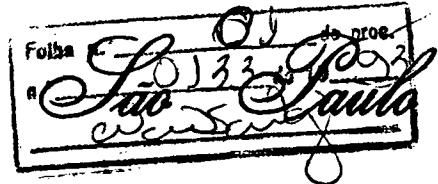
ARQUIVADO EM 25/04/94

Mosack Molina
Mosack Molina

Auxiliar de Secretaria

CHEFE DA SEÇÃO

Câmara Municipal de



06 - REQ.F (C/PROC)
06-0133/93-7

REQUERIMENTO

LIDO HOJE

01 ABR 1993

APROVADO

07 MAI 1993

Requer a criação de uma Comissão Especial para Estudos da Problemática da Privatização e Tercerização no âmbito da Administração Municipal de São Paulo.

CONSIDERANDO que, por força da moderna economia, há necessidade de se adaptar a Administração Municipal aos novos conceitos das atividades do Poder Público, para maior eficiência de sua missão social;

CONSIDERANDO que a tendência da Política Administrativa atual é definir os objetivos inerentes ao Poder Público;

CONSIDERANDO que para se atingir esses objetivos sociais há necessidade de se privatizar as atividades públicas que se afastam das funções precípua do Poder Público, bem como terceirizar os serviços indiretos das atividades públicas.

REQUEIRO à Douta Mesa, na forma regimental, adarga do nos artigos 89, inciso III e 99, respeitando os limites estabelecidos no Art. 100 e parágrafo único, que seja criada uma Comissão Especial para dentro do prazo legal seja apresentado os estudos da problemática da Privatização e Tercerização no âmbito da Administração Municipal de São Paulo, estabelecendo princípios, regras e procedimentos de acordo com a Legislação Federal.

Prazo de Deliberação: 90 (noventa) dias.
Sala das Sessões

JOSE ÍNDIO FERREIRA DO NASCIMENTO
Vereador

REQUERIDA PELO SR. VEREADOR: Arselino Tatto

38 SESSÃO ☒ ORDINÁRIA ☐ EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 05 DE Maio DE 1993

Referência p/ Apreciação (Z. Indio) PENDENTE

VEREADORES	VOTOU		ABSTENÇÃO	VEREADORES	VOTOU		ABSTENÇÃO
	SIM	NÃO			SIM	NÃO	
1. Adriano Diogo	/			29. Hanna Gharib			
2. Alberto Calvo				30. Henrique Pacheco			
3. Aldaiza Sposati	/			31. Ítalo Cardoso			
4. Alex Freua Netto	/			32. Jooji Hato			
5. Almir Guimarães				33. José Indio F. do Nascimento	/		
6. Ana Martins				34. José Mentor	/		
7. Antônio Carlos Caruso				35. José Viviani Ferraz	/		
8. Antonio Paiva Monteiro Filho	/			36. Lídia Correa	/		
9. Antônio Sampaio	/			37. Manoel Sala	/		
10. Archibaldo Zancra	/			38. Vicente Viscone	/		
11. Arnaldo de Abreu Madeira	/			39. Marcos Mendonça			
12. Arselino Tatto		/		40. Mario Dias	/		
13. Aurélio Nowura	/			41. Mario Noda			
14. Avanir Duran Galhardo				42. Mauricio Faria			
15. Brasil Vita	/			43. Miguel Colasuonno	/		
16. Bruno Féder	/			44. Murillo Antunes Avles	/		
17. Enico Whitaker				45. Nelo Rodolfo			
18. Cosme Lopes				46. Odilon Guedes		/	
19. Dalmo Pessoa	/			47. Osvaldo Giannotti	/		
20. Darcio Arruda	/			48. Osvaldo Sanches			
21. Devanir Ribeiro				49. Paulo Kobayashi	/		
22. Eder Jofre				50. Roberto Tripoli	/		
23. Edivaldo Estima	/			51. Tereza Cristina Lajolo			
24. Enilio Meneghini				52. Ushitaro Kania			
25. Faria Lima				53. Vital Nolasco			
26. Gilberto Kassab				54. Wadih Nutran			
27. Gilberto Nascimento				55. Zulaia Cobra Ribeiro			
28. Guilherme Gianetti							

COPIA DA SESSÃO

DE

05 MAI 1993

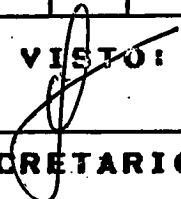
CHUIÇA AFIM

VOTARAM "SIM": 24 Srs. Vereadores

VOTARAM "NÃO": 3 Srs. Vereadores

ABSTENÇÕES: 1 Srs. Vereadores

VISTO:



SECRETARIO



Comissão Municipal de

Folha n.º 03 da proc. 0133 do 1º 93
Requerimento P. Nº 133/93

ASSESSORIA TÉCNICA DA MESA

VOTAÇÃO NOMINAL REFERENTE AO *Requerimento P. Nº 133/93*

REQUERIDA PELO SR. VEREADOR:

39 **SESSÃO** ☒ **ORDINÁRIA** ☐ **EXTRAORDINÁRIA** **REALIZADA EM** 06 **DE** Maio **DE** 1993
Aprovado o Requerimento.

VEREADORES	VOTOU		ABSTENÇÃO	VEREADORES	VOTOU		ABSTENÇÃO
	SIM	NÃO			SIM	NÃO	
1. Adriano Diogo	X			29. Hanna Charib	X		
2. Alberto Calvo	X			30. Henrique Pacheco			
3. Aldaiza Sposati	X			31. Ítalo Cardoso			
4. Alex Freua Netto	X			32. Jooji Hato			
5. Almir Guimarães				33. José Índio F. do Nascimento	X		
6. Ana Martins				34. José Mentor	X		
7. Antônio Carlos Caruso				35. José Viviani Ferraz	X		
8. Antônio Paiva Monteiro Filho	X			36. Lídia Correa	X		
9. Antônio Sampaio	P			37. Manoel Sala	X		
10. Archibaldo Zancra	X			38. Vicente Viscone	X		
11. Arnaldo de Abreu Madeira	X			39. Marcos Mendonça			
12. Arselino Tatto	X			40. Mario Dias	X		
13. Aurélio Nomura	X			41. Mario Noda			
14. Avanir Duran Galhardo	X			42. Mauricio Faria			
15. Brasil Vita				43. Miguel Colasuonno	X		
16. Bruno Féder	X			44. Murillo Antunes Avles			
17. Chico Whitaker	X			45. Nelo Rodolfo			
18. Cosme Lopes				46. Odilon Guedes	X		
19. Dalmo Pessoa				47. Osvaldo Giannotti	X		
20. Darcio Arruda				48. Osvaldo Sanches			
21. Devanir Ribeiro	X			49. Paulo Kobayashi			
22. Eder Jofre	X			50. Roberto Tripoli			
23. Edivaldo Estiva	X			51. Tereza Cristina Lajolo	X		
24. Eraldo Meneghini				52. Ushitaro Kania			
25. Faria Lina				53. Vital Nolasco			
26. Gilberto Kassab				54. Wadih Nutran	X		
27. Gilberto Nascimento				55. Zulaie Cobra Ribeiro	X		
28. Guilherme Gianetti	X						

COPIADO NA SESSÃO
DE MAIO 1993
TAQUIGRAFIA

VOTARAM "SIM": 33 **Srs. Vereadores**
VOTARAM "NÃO": **Srs. Vereadores**
ABSTENÇÕES: **Srs. Vereadores**

VISTO:
[Assinatura]
SECRETARIO



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para Informação, rubricado como folha nº.....04.....

do processo nº.....de 19...../...../.....(a).....

A matéria deverá ser apreciada pelas Comissões de Instituição
e Justiça, Política Urbana, Administração Pública
e Finanças e Orçamento.

Os Presidentes das referidas Comissões definirão o número de componentes, designando, para integrá-la, pelo menos, 1 (hum) membro titular de sua Comissão, nos termos do §1º do Art. 99, do Regimento Interno. O prazo de seu funcionamento será de 60 dias improrrogáveis - §2º, art.99, do R.I.

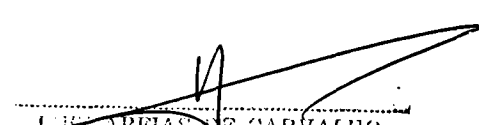
12/5/93


ANTÔNIO SAMPAIO
Presidente

Ao DT.7 - Sra. Diretora:

Para os devidos fins.

B15193


LUIZ ARRÁIAS DE CARVALHO
Assessor Técnico Log. Chefe-
A.T.M.

DT.7 -

Às Doutas Comissões de Constituição e Justiça, Política Urbana, Administração Pública e Finanças e orçamento, para apreciação da matéria, atendendo ao despacho do Exmo. Sr. Presidente.

13/05/93


LEILA XAVIER MACHADO
Diretor Téc. de Departamento

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 13/05/93 às 1700 hs. 

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUE, Juntado nesta data ^{para informação}
_{documento}, rubricado sob

folha n.º 05 / 13/05/93 a) 



Folha n.º	05	do Proc.
N.º	133	de 1983
O Funcionário	C	

Câmara Municipal de São Paulo

DESIGNO PARA INTERGAR A REFERIDA COMISSÃO, O NOBRE VEREA-
DOR MURILLO ANTUNES ALVES.

EM, 13/05/93

DÁRCIO ARRUDA

PRESIDENTE

DA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A Douta Comissão de
Política Urbana, Metropolitana
e Meio Ambiente
Em, 14/05/93

Angela

ÂNGELA BORDIN ANDREONI
Secretária

*Designo para integrar a Comissão
O Vereador Aldemir Sprat.*
Alf

A Douta Comissão de
Administração Pública
Em 21/05/93

Alf

DESIGNO PARA INTEGRAR A COMISSÃO O VEREA-

DOR *Vitor Nolasco*

24.05.93

VEREADOR FRANCISCO WHITAKER
PRESIDENTE-ADM

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Seu, juntados nesta data ~~rubricados~~ rubricados de
folhas do n° 06/26/05/93 a)

A Douta Comissão de
Finanças e Orçamento
Em, 26/05/93

Arão M. dos Santos
ARÃO M. DOS SANTOS
Secretário



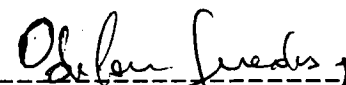
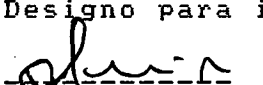
Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 06 do proc.
n.º 133/93 de 1993
o funcionário

Recebido na Comissão de
Finanças e Orçamento
Em 26/05/93 as 13:00 h.

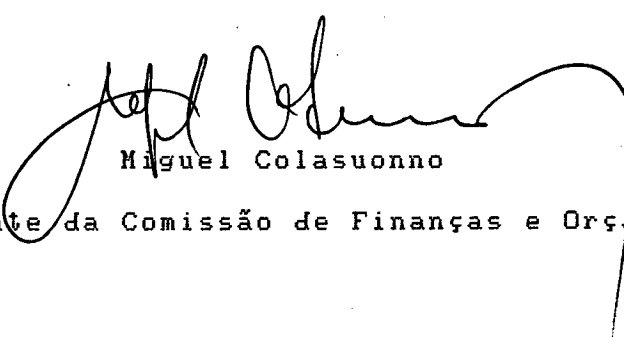

MARGARETE NUNES SILVA
Secretária

Designo para integrar a Comissão o Vereador

Antonio Carlos,
Gilberto Kessel.

27.05.93

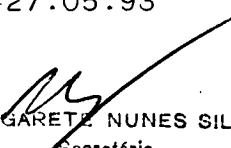

Miguel Colasuonno

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

À Comissão Especial de Inquerito

Para as devidas providências.

27.05.93


MARGARETE NUNES SILVA
Secretária



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 07 do proc
N.º 133 de 1998
O funcionário

MEMORANDO DE RECEBIMENTO PARA
REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO
DE ESTUDOS SOBRE PRIVATIZAÇÃO E
TERCEIRIZAÇÃO NO ÂMBITO DA ADMI-
NISTRAÇÃO MUNICIPAL DE S. PAULO.

VEREADORES: (LÍDERES DE BANCADA).

1) ANTONIO SAMPAIO

2) ALMIR GUIMARÃES

3) ROBERTO TRÍPOLI

4) VITAL NOLASCO

5) BRUNO FEDER

6) DEVANIR RIBEIRO

7) MARCOS MENDONÇA

8) AVANIR DURAN GALHARDO



Câmara Municipal de São Paulo

SECRETARIA DAS COMISSÕES ESPECIAL

Folha n.º 08 do proc
N.º 133 de 1993
O funcionário *P. Paulo*

São Paulo, 01 de junho de 1993

MEMO CPI/Nº 075/93
Proc. nº 0060133/93

1465

MEMORANDO DE RECEBIMENTO DE CONVOCAÇÃO DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE ESTUDOS SOBRE PRIVATIZAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL A REALIZAR-SE NESTA QUARTA FEIRA DIA 02.06.93, ÀS 12:00 HORAS, NO SALÃO NOBRE, 8º ANDAR DESTA EDILIDADE PAULISTANA.

VEREADORES:

ANTONIO CARLOS CARUSO

1386

ODILON GUEDES

Done

22.460

1403-OK
1324

GILBERTO KASSAB

1350
1432

ALMIR GUIMARÃES

1253
54

MURILO ANTUNES ALVES

M. Alves

22440

OK

VITAL NOLASCO

Vital Nolasco

1305
1390

VEREADORA:

ALDAÍZA SPOSATI

Aldaliza

22162

1407
1466



Câmara Municipal de São Paulo

SECRETARIA DAS COMISSÕES
PERMANENTES

Forma n.º	09
N.º	133 de 1993
O funcionário	[assinatura]

São Paulo, 01 de junho de 1993

MEMO CPI/Nº 074/93
Proc. nº 0060004/93

A PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos para estudos da Problemática da Privatização e Terceirização no âmbito da Administração Municipal de S. Paulo, solicito de Vossa Excelência a reserva do salão Nobre, instalação de equipamento de som e serviço de copa para o dia 02.06.93 das 11:30 às 15:00 horas, para a reunião desta Comissão de Estudos.

Valho-me da oportunidade para apresentar a V. Excia. os meus protestos de alta estima e consideração.

Atenciosamente,

Ver. JOSÉ ÍNDIO FERREIRA DO NASCIMENTO

Presidente

*Antônio
Muniz
10-6-93*

SEM REVISÃO

Folha n.º 10 do proc
N.º 133 de 1993
O funcionário

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
DT. 10

Pensis de Estudos - Privatizacoes
e Terciarizacoes no ambito da Prefeitura
de Sao Paulo -

2 - VI / 93

Presidente da Comissão: L.V.ª José Ferreira do Nascimento
Ge-India

f

At: L. Assessor João Augusto Simões



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 14 de proc
PAULO 133 de 19 83
O funcionário 17

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT./APARTE

Comissão de Estudos

SEM REVISÃO

Sobre Privatização e Terceirização no âmbito da Prefeitura de
São Paulo

Presidente:

Sr. Vereador José Ferreira do Nascimento

Membros:

Srs. Vereadores:

Aldaíza Sposati

Vital Nolasco

Odilon Guedes

Gilberto Kassab

Antônio Carlos Caruso

Almir Guimarães

Murillo Antunes Alves

Reunião realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal de São Paulo,
no dia 02 de junho de 1993.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 12 do proc.
N.º 133 de 93
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
14	1	Raimundo	CPI-Privatiz;	02-06-93		

O SR. PRESIDENTE(José Ferreira do Nascimento -PMDB)

- Com a presença dos Srs. Vereadores Aldaíza Sposati, Odilon Guedes, Vital Nolasco e deste Edil que ocupa a Presidência, fica instalada a Comissão de Estudos da problemática da privatização e terceirização no âmbito da Administração Municipal de São Paulo, que, a partir de agora inicia as suas atividades.

Quero citar os nomes dos demais Membros ~~x~~ desta Comissão que se encontram ausentes, que são os Vereadores Antônio Carlos Caruso, Gilberto Kassab, que deverá comparecer dentro de alguns minutos; Murilo Antunes Alves, que não comparecerá em virtude de uma entrevista na TV Record e Almir Guimarães.

Queremos, ainda, informar que, em conversa aqui com os demais Pares, ficou estabelecido que a nobre Vereadora Aldaíza Sposat será a relatora da Comissão.

Iniciamos, então, a partir de agora, as atividades desta Comissão de Estudos.

Temos também aqui a justificativa de algumas ~~x~~ ausências de pessoas que foram convidadas por esta Comissão, como é o caso do Sr. Francisco Cristóvão, Presidente da CMTC e do Secretário de ~~DESENVOLVIMENTO~~ Planejamento. De qualquer forma o importante é



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 13 do proc.
N. 133 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
El4	2	Raimundo	CPI Privat.	02-06-93		

que nós oficialiamos a instauração da Comissão e ~~naturalmente~~ desejo fazer uma sugestão, que foi proposta do Jáder, Secretário desta Comissão, no sentido de que já fizéssemos um agendamento das pessoas que esta Comissão deverá convidar, bem como das reuniões subsequentes para que os Vereadores, também, inclusive, tenham condições de se organizar para estarem presentes. Acho que a idéia é razoável e ~~tais~~ com a qual todos devem concordar.

Quero também dizer da importância desta Comissão, apesar de ser apenas de estudos. É certo que ela terá a condição até, futuramente, de atribuições mais rígidas e, se for o caso, serei um dos que aconselhará a que essa rigidez venha a acontecer. Agora, passo a palavra aos demais Membros da Comissão.

A SRA. ALDAÍZA SPOSIT - Quero cumprimentar a iniciativa do nobre Vereador José Índio desta Comissão de Estudos sobre privatização, e terceirização. Acho que esta é uma questão extremamente importante. Na condição inclusive de ter exercido o Executivo Municipal, creio ^{que} ~~que essa polemica - eu não vou me~~
~~envolver, mas vou me envolver com a~~
~~questão da privatização, e vou me envolver~~
~~com a questão da terceirização, e vou me envolver~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 14 do proc.
PAULO 133 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E-15	1	Leo	Terceirização e Privatização	- CPI	2/6/93	

Esta polêmica, eu até separaria, entre a terceirização e a privatização, é bastante forte. De um lado porque muitos serviços, até municipais, são, vamos dizer, sazonais. Serviços, por exemplo, de enfrentamento de enchentes, serviços de várias ordens mesmo, até a conservação de áreas verdes, que têm um fluxo diferente entre inverno e verão. A questão da arregimentação que você tem que ter, de volume de pessoal, para poder manter em algumas áreas de serviços municipais.

É interessante também perceber que em várias prestações de serviço, e cito, por exemplo, no serviço hospitalar, o grau com que determinadas áreas de manutenção e administrativas do serviço hospitalar, é de tal monta, que a direção hospitalar perde uma emergência gerencial na gestão dos meios, sendo que a questão da qualidade e da atenção à saúde, cai em decorrência de ser tão absorvida pela gestão dos serviços meios. Como cozinha, manutenção, lavanderia e daí para a frente.

Então, eu acho que a questão da terceirização, numa cidade com as dimensões de São Paulo, da complexidade da Cidade de São Paulo, realmente facilita e pode imprimir uma outra qualidade de gestão.

Agora, no que se refere à privatização, entendo que abrimos um campo já de outra natureza, que inclusive vai colocar em questão o exercício da função concedente do poder público municipal. Ou seja: até para que o Estado possa contratar serviços, entendo que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º	15	do proc.
N.º	133	de 1993
C. funcionário		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. - PARTE
E-15	2	Leo	CPI-Terceirização e Privatização -		2/6/93	

ele deve ter uma produção direta de algumas áreas de serviços.

Enfim, estas são idéias iniciais que, efetivamente, dão uma dimensão muito grande a esta discussão sobre as estatais.

Membro que fui, do Governo democrático popular da Cidade, sei que não conseguimos também desenvolver, durante o Governo, uma política sobre as estatais municipais. Uma política, estou dizendo, do ponto de vista de uma unidade. Por isso eu acho que é de extrema importância, de extrema necessidade, que nos debruçemos, enquanto Câmara Municipal de São Paulo, sobre a discussão das estatais municipais, e principalmente sobre estas posições, do Governo, do Executivo Municipal, e em ter proposituras já, de privatização. Termos, assim, uma análise mais geral sobre as estatais municipais.

Por isso eu louvo a iniciativa do Vereador José Índio e quero dizer que também permaneço na discussão da necessidade de uma CPI sobre as estatais municipais, para que possamos ter, inclusive, um conjunto de dados, até para municiar este estudo, mas entendo da oportunidade destes trabalhos. Entendo que, possivelmente, vá conseguir um avanço no que se refere à gestão da Cidade de São Paulo.

Muito obrigada, inclusive pela delegação da Comissão, em secretariar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira do Nascimento - PMDB) -

Antes de passar a palavra ao Vereador Odilon Guedes, eu gostaria de fazer aqui algumas sugestões.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 16 do proc.
N.º 133 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E-15	3	Leo	Terceirização e Privatização-CPI		2/6/93	

A primeira seria a de convidar também os Presidentes dos Sindicatos e Associações dos funcionários das empresas passíveis de privatização, e requerer também ao Presidente desta Casa, para que as reuniões desta Comissão sejam divulgadas através de regionais de postos de circulação na Cidade de São Paulo. Acho que os demais membros devem estar, naturalmente, aprovando a idéia.

Com a palavra o nobre Vereador Odilon Guedes.

O SR. ODILON GUEDES(PT) - Em primeiro lugar quero cumprimentar o Vereador José Índio por esta iniciativa, extremamente importante.

O tema de privatização e terceirização não é uma tema que interesse somente aos cidadãos da Cidade de São Paulo, mas um tema hoje debatido em todo o Brasil e um tema mundial. Ontem, por exemplo, saiu a notícia na imprensa, dizendo que o Governo argentino se prepara para privatizar a empresa mais importante do País, que é uma empresa ligada à prospecção e produção petrolífera.

No mundo inteiro vemos esse debate ocorrendo. Inclusive agora, com a desagregação da União Soviética e do Leste Europeu.

Penso que, a partir dos interesses da Cidade e das empresas do Município, temos condições de debater esse tema e entender melhor porque o Estado tem que estar presente em certas áreas ou não. Inclusive o Estado brasileiro.

S [REDACTED]



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 17 do proc.
N.º 133 de 93
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E-16	1	Leo	Terceirização e Privatização-CPI		2 /6/93	

Sabemos que, historicamente, o Estado brasileiro teve um papel decisivo na industrialização do Brasil. Não só do ponto de vista de criar infraestrutura, produzir insumos básicos, como inclusive financiar o capital privado. Sabemos que o BNDES teve um papel decisivo no desenvolvimento e fortalecimento de inúmeras empresas privadas no Brasil.

Então, como já disse, acho que esse tema é de extrema importância. Sob o meu ponto de vista, precisamos entender que o Estado precisa estar presente em uma série de serviços em nosso País, dado que é um país subdesenvolvido, que o setor privado não tem interesse em muitas áreas, e não só não tem interesse como outras áreas são de interesse estratégico do País. E também no Município.

Acho que temos que ver esse enfoque: do ponto de vista do que é interessante, no caso do Brasil e da Cidade de São Paulo, o que precisa estar na mão do Estado e o que não precisa.

Inclusive eu gostaria de sugerir ao nosso Presidente, que fizesse esforços no sentido de termos uma literatura do que ocorre em outros países, para que possamos ter um parâmetro de análise do porque em certos países se privatiza e em outros não.

Por exemplo, sabemos que na Europa, inúmeros serviços, como o serviço de saúde, estão essencialmente nas mãos do Estado. E aqui no Brasil, no entanto, vemos, cada vez mais, aumen



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 18	do proc. N.º 133
O funcionário	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E-16	2	Leo	Terceirização e Privatização	- CPI	2/6/93	

tar a questão, na área de saúde, do setor privado entrar. E outras áreas estratégicas, como eu já falei, que precisamos aprofundar esse debate.

Além da sugestão que o Presidente deu, de marcarmos um calendário, seria bom que convidássemos uma série de personalidades e até estou presenciando aqui algumas indicações que o Presidente tem anotado na sua agenda, mas que pudéssemos, inclusive, na próxima reunião, sugerir uma série de nomes, a fim de enriquecermos o debate e dar uma contribuição para a Cidade de São Paulo e também para o País, do ponto de vista do que precisa ser privatizado ou não. Qual o papel do Estado e, principalmente, o fato do Brasil ser um país subdesenvolvido e que apresenta inúmeras carências.

Quero, mais uma vez, cumprimentar o nobre Vereador José Ferreira do Nascimento, porque essa iniciativa é de grande importância para a nossa Cidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira do Nascimento - PMDB)

Esta Presidência também sugere que a Comissão convide algumas pessoas que estão, de uma certa forma, em atividade na área de terceirização e privatização, mesmo porque aí teríamos os dois lados da coisa, num confronto e de onde, naturalmente, deduziríamos o que seria mais importante no momento, com relação à problemática que esta Comissão se propõe a estudar.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 19 de proc.
PAULO 133 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E-16	3	Leo	Terceirização e Privatização-CPI		2/6/93	

Tais nomes seriam o Ives Gandra, o pai da privatização, que é o André Montoro Filho, uma empresa que também tem estado em perfeita consonância com a problemática, que é a TREVISAN; [REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 20 do proc.
N.º 0 133 de 1983
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E17	1	florência	CPI Terceir.	2.6.93		

José Índio

no âmbito estadual o nosso amigo Belúzio. Insisti na presença do Secretário de Planejamento, Marcos Cintra e principalmente na presença do Secretário de Transportes, uma vez que a CMTc ^{seja} talvez o maior problema da Privatização.

Eu faço essa sugestão para os demais Membros aqui presentes e peço para que o nosso Secretário emita esses convites, inclusive aos presidentes de associações e sindicatos das empresas municipais passíveis de privatização, que praticamente se restringem a três - a CMTc, a PRODAM e o CET. No caso do CET, acho que mais à terceirização do que à privatização.

Agora passarei a palavra ao Vereador Vital Nolasco para suas considerações.

O SR. VITAL NOLASCO - Quero também cumprimentar o Vereador José Índio por essa iniciativa porque entendo que esse é um tema candente na nossa sociedade. ~~Não~~ Não diria que a privatização seria uma necessidade imperiosa para o Brasil, mas é uma questão que está colocada e acho que é melhor do que nunca estarmos agora discutindo. E acho que aqui teremos condições de discutir e ouvir as pessoas ~~para~~ ~~para~~ para se conhecer os objetivos a que se propõem.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 21 do proc.
PAULO 133 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E17 2		florência	CPI Terceiriz.	2.5.93	v.nolasco	

Eu, por exemplo, acho que também é importante ~~para~~ esse debate e se possível até poderíamos estender esse debate ao conjunto da população, porque entendo que qualquer empresa pública não é propriedade de quem está no Poder, eventualmente exercendo o Poder. Ela é propriedade da população no seu todo.

O SR. JOSÉ ÍNDIO FERREIRA DO NASCIMENTO -

Só para esclarecimento, quando a gente diz que vai requerer que o Presidente divulgue através de jornais de grande circulação na Cidade, automaticamente a gente já estaria convidando a população a participar da discussão.

O SR. VITAL NOLASCO - Certo.

Então, como dizia, acho que a empresa pública não é da eventual Administração, mas sim da população. Portanto, mais do que munca a população tem interesse em debater isso e até estar decidindo. Eu me lembro de que no Uruguai foifeito um plebiscito onde foi consultada a população, que é a legítima proprietária, mas que essa questão não po de estar a critério desse ou daquele governante. Mas é um debate que nós vamos travar.

A título de convite, Vereador José Índio, queria suge-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 22 do proc.
N.º 133 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
El7		florência		CPI Terceirização 2.6.93	v.nolasco.	

rir que a gente convidasse o Deputado Aldo Rebello, porque ele esteve envolvido nesse problema da privatização da CSN e teve um grande envolvimento no problema e tem uma série de questões; e poderia também dar sua opinião de que há outras pessoas como, por exemplo, o Senador Mário Covas, o Deputado Federal Hélio Bicudo, que também acho que poderiam ser convidados para a gente fazer um contraponto. Quanto ao Senador Mário Covas, sei que ele se manifestou contrário, por exemplo, à privatização dos portos. Sei que ele ^{não} tem uma posição, de princípio, contrária ~~às~~ a todas as privatizações, mas em algum momento acho que era importante a gente ouvir a opinião dele e a de outras personalidades. Estou citando aqui que, segundo meu modo de ver, seria interessante estarmos aqui ouvindo ... Concordo com as que você apresentou, mas sugiro que também possamos convidar essas outras pessoas para aqui estarem fazendo um contraponto.

[REDACTED]

Per. o líder já deve ter [REDACTED]

...

[REDACTED]

turamente nós convocamos ou melhor, convidamos [REDACTED]

[REDACTED]



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 23 do proc.
133 de 1983
C funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E18	1	Monteiro	CPI-Terceir.	02.06.93		

O SR. PRESIDENTE (José Índio Ferreira do Nascimento - PMDB) - O Jáder já deve ter anotado essa relação de ilustres. Fica também aberta a possibilidade de, futuramente, convidarmos outras pessoas, mas gostaria de sugerir que insistíssemos no convite ao Presidente da CMTC, o Sr. Francisco Cristovão; ao Presidente da Prodam, o Sr. José Roberto Faria Lima.

O SR. ODILON GUEDES (PT) - Eu gostaria de também fazer já uma sugestão: a de que o ex-Presidente da Prodam também fosse convidado, Sr. Hélio Figueiredo, que é uma pessoa que tem experiência e a Prodam, no meu entender, é uma empresa de extrema importância para o Município. Acho que o Lúcio Gregori, em relação à questão de transportes, é muito importante também, para ouvirmos toda sua experiência em relação a essa questão.

Depois, eu teria outros nomes para sugerir, inclusive eu queria saber se podemos convidar pessoas de outros Estados ou não. (Pausa) Então, como tinha colocado no início, na semana que vem proponho outros nomes. Tudo bem?



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 24 do proc.
N. 133 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APORTE
E18m2		Monteiro	CPI-Terceir.	02.06.93		

O SR. PRESIDENTE (José Índio Ferreira do Nascimento - PMDB) - Tudo bem, fica aberta essa possibilidade.

De momento, gostaria de saber se alguém dos que estão presentes gostaria de fazer uso da palavra. (Pausa) Vamos fazer o seguinte: acho que agora, aqui, seria difícil fazermos um agendamento para as reuniões subsequentes. Vou conversar com o Jáder, vamos ver se conseguimos conciliar, é lógico que dentro do tempo de vocês também, e depois vamos passar para uma análise dos demais membros.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI (PT) - Parece-me que pelo próprio elenco de pessoas convidadas e a lembrança do Presidente da Comissão, principalmente de priorizarmos as questões relativas à CMTC, até pela divulgação da privatização da CMTC e também a discussão CMTC, CET e Prodam, poderíamos fazer quase que um trabalho de, vamos dizer, ter uma visão do todo da privatização e o específico de algumas situações. Digamos um Ives Gandra, um André Montoro, um Trevisan, vai falar-nos de um modo geral sobre a provatização; um Francisco Cristovão vai falar-nos da CMTC e aí talvez o que a gente possa ver e se nas sessões de estudo faremos reuniões que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 28 do proc.
N.º 133 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E18	3	Monteiro	CPI-Terceir.	02.06.93		

combinem as duas coisas, digamos uma análise geral e uma específica, ou faremos um dia só geral e outro dia só específico.

Acho que esse deve ser o ritmo para vermos como é que fica interessante nem para a gente cair, vamos dizer, no particularismo de só estar olhando uma questão, São Paulo, CMTC, mas ter uma idéia geral para irmos combinando essa discussão.

Queria louvar a sua proposta de darmos prioridade para essa discussão a começar com o caso CMTC. Acho que é muito interessante porque é aquele que realmente está exigindo um posicionamento mais urgente nosso. Então, acho que na proposta de agendamento podemos ver como pode começar o caso CMTC, com mais algum convite do ponto de vista mais geral. É só isso. (Pausa) É, trata-se de um contraponto, pensamentos diferentes sobre o mesmo assunto e o geral e o particular.

O SR. PRESIDENTE (José Índio Ferreira do Nascimento - PMDB) - Ninguém mais pretendendo fazer uso da palavra, encerramos esta primeira reunião que oficializa a Comissão de Estudos e, naturalmente, no decorrer desses dias nós, particularmente, vamos nos sentar para fazer a emissão desses convites principalmente



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º	26	do livro
N.º	133	de 1993
O funcionário		
ORADOR	CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E18	4	Monteiro	CPI-Terceir.	02.06.93		

com relação ao agendamento, não só dos convidados como também de nós, Vereadores e membros desta Comissão.

Agradeço a presença de todos e esperamos poder contar com vocês nas próximas reuniões.

- o - o -

Bistagem 4.6.93

{ (vide sugest. 11.3)
E-15
E-17.1 }

Participantes reunião CPI (ex-due Vereadores da Casa)
Gáider Pimenta

Francisco Cristóvão
Dr. Marcos Cintra
Gáider Pimenta
João Gandra Martins
André Monteiro Filho
Trevisan
Belluzo
Rúcio Gregori
Alde Rebelho
Mário Barros
Hélio Brande
José Roberto Faria Lima
Hélio Figueiredo

Pres. CMTC
Secret. Planej.
Secret. Comissão

Ass. Tributarista

Folha n.º 27	do proc
N.º 133	de 1993
O funcionário	

Âmbito Estadual
Secret. Transportes
Deputado
Senador
Dep. Federal
Presidente da PRODA
Ex-Presid. da PRODA
Secret. Transportes

em convidadas e não estavam presentes { FLO CRISTOVÃO
DR. MARCOS CINTRA.
GETÚLIO HANASHIRO

Sugestores: - Presid. sindicatos,
Associações
funcionários de emp. passíveis de privatização

- As demais personalidades relacionadas são
frutos de sugestões dos presentes na reunião.

Síntese: Presentes ver. José Ferreira Nassim (Presidente)
" Selma Sponatti
" Vital Melasco
" Dalton Guedes
" Gilberto Kassab
" Antônio Carlos Campos
" Almir Guimarães e Nivaldo Antunes Floe
AUSENTES



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 28	do proc
N.º 133	de 1993
O funcionário	

C O N V I T E

COMISSÃO DE ESTUDOS SOBRE PRIVATIZAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

São Paulo, 22 de junho de 1993

Ilmo. Senhor,
Lúcio Gregori

Na qualidade de Presidente da Comissão Especial para estudos da Problemática da Privatização e Terceirização no âmbito da Administração Municipal de S. Paulo, CONVIDO Vossa Senhoria para a reunião desta Comissão de Estudos no dia 22.06.93 às 13:30 horas no salão Tiradentes, 8º andar desta edilidade paulistana.

Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria os meus protestos de alta estima e consideração.

Atenciosamente,

M. Gregori
22/06/93.

VER. JOSÉ ÍNDIO FERREIRA DO NASCIMENTO
Presidente



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 29 do proc
N.º 133 de 1993
C. funcionário

C O N V I T E

COMISSÃO DE ESTUDOS SOBRE PRIVATIZAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

São Paulo, 29 de junho de 1993

Senhor(a) Vereador(a),

Na qualidade de Presidente da Comissão Especial para estudos da Problemática da Privatização e Terceirização no âmbito da Administração Municipal de S. Paulo, CONVIDO Vossa Excelência para a reunião desta Comissão de Estudos a realizar-se dia 30.06.93 às 13:30 horas no salão Nobre, 8º andar desta edilidade paulistana.

Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e consideração.

Atenciosamente,

VER. JOSÉ ÍNDIO FERREIRA DO NASCIMENTO
Presidente

A(O) EXMO(A) VEREADOR(A)
FARIA LIMA

DEPARTAMENTO DE TÁQUIGRAFIA
DT. 10

Folha n.º 32 do proc.
N.º 133 de 1993
C. funcionário

SEM REVISÃO

Comissão de Estudos - Evolução das Atividades e Ten-
ências no âmbito da Administração Municipal de São Paulo
Reunião em 30-junho-1993

Presidente: Sr. V.º José Leônidas do Nascimento

(Memo CPI nº 096/93)

À Sr. Assessor Jader Augusto Simentia

(1 via)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 31 do proc
N.º 133 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

SEM REVISÃO

COMISSÃO DE ESTUDOS SOBRE PRIVATIZAÇÃO E
TERCEIRIZAÇÃO NO ÂMBITO DA PREFEITURA DE
SÃO PAULO.

Presidente: Sr. Vereador José Ferreira do Nascimento

Membros : Srs. Vereadores

Aldaíza Sposati

Vital Nolasco

Odilon Guedes

Gilberto Kassab

Antonio Carlos Caruso

Almir Guimarães

Murillo Antunes Alves

Reunião realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal de
São Paulo, em 30 de junho de 1993.

Solicitante; Sr. Vereador José Ferreira do Nascimento.

(Memo. CPI/nº 96/93)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 32	do proc. N.º 133
de 1992	
C. funcionário	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
A18	1	adikia	terceir.	30 6		

O SR JOSÉ ÍNDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Com a presença dos Vereadores Gilberto Kassab, Vicente Viscome, Almir Guimarães e o que vos fala, abrimos a sessão de hoje da Comissão de Estudos sobre Privatização e terceirização.

Agradeço a presença de todos e vou discorrer sobre o que se pretende através dessa comissão de estudos.

Nota-se hoje uma tendência mundial na direção da privatização de empresas estatais, com mecanismo de redução das despesas públicas. Setores até há pouco considerados exclusivamente da competência do estado, como transporte ferroviário, têm enfrentado situação financeira crítica na maioria dos países. Mesmo em países ricos como o Japão, Estados Unidos.

Diante desse novo quadro, esses países estão hoje privatizando suas empresas ferroviárias. A Câmara Municipal de São Paulo, presente em todos os momentos decisivos desta Cidade, não poderia abster-se do seu papel, no momento em que a privatização de empresas municipais tem sido colocada na ordem do dia pelo Prefeito Paulo Maluf.

Portanto, a presente comissão tem por objetivo maior inserir o Poder Legislativo nesse processo, contribuindo para o seu aperfeiçoamento e controle. Nesse sentido, gostaríamos de encaminhar a presente reunião, passando a palavra, em primeiro lugar para o Exmo. Sr. Secretário do Planejamento, Dr. Marcos Cintra, que por força de determinação legal - não é o caso, porque a comissão de estudos não tem poder de convocação de uma CPI, mas dentro de um quadro que vinha se delineando nesta Casa, até de disputa não só para os transportes mas principalmente sobre a privatização, conciliamos e formalizamos uma



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 33 do proc.
N.º 133 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A18	2	adília	terceir.	30 6		

comissão de estudos, que achamos ser o mais apropriado.

Eu entendia que o mais certo seria a comissão correspondente assumir essa posição mas, infelizmente, não houve iniciativa de parte do ~~presente~~ presidente ou dos membros dessa comissão e, como o direito é de todos, assumimos essa posição.

Tem a palavra o Secretário Marcos Cintra. Queremos colocar que não temos tendência para o sim ou para o não. O que pretendemos é sentir a forma como serão privatizadas as estatais municipais, para que o processo de privatização ocorra da maneira mais transparente e correta possível. Na medida em que se incorra em qualquer tipo de erro, será em detrimento do erário e da população desta Cidade. Esta é a preocupação maior da Comissão.

O SR MARCOS CINTRA - Antes de mais nada, gostaria de agradecer ao convite que me foi feito para participar desta comissão, bem como agradecer aos vereadores presentes dizendo que é uma oportunidade importante que nós temos, pela primeira vez, diga-se de passagem, para expor com um pouco mais de clareza e detalhamento o que esta Administração pretende em relação à área de privatização, terceirização, e parceria.

É totalmente desnecessário enfatizarmos, como já foi feito pelo Presidente, o fato de que a privatização é hoje uma tendência em todo o mundo. Não se trata de modismo nem, em absoluto, de uma bandeira que deu lógica, mas, sobretudo, de uma necessidade administrativa, na medida em que o processo de privatização, terceirização busca o aumento da eficiência, da produtividade e o incentivo à competição.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Al9	1	adília	terceir.	30 6		

Nós acreditamos firmemente, e o mundo inteiro acredita hoje, nas forças do mercado. O mundo inteiro faz uma divisão muito nítida e clara entre as chamadas atividades típicas de governo e as atividades tipicamente humanas. É inquestionável que todos os dados e experiências atestam para o fato de que o setor público é mais eficiente, produtivo, buscando com maior afinho a redução de custos, de custos sociais e das atividades que desempenha.

Não é que o setor público tenha uma mentalidade deformada, e nem que os homens que se dedicam à gestão de administrações públicas tenham uma mente pervertida, sejam inerentemente incompetentes ou inexoravelmente corruptos. Não é isso. Acredito firmemente que a qualidade do administrador público continua sendo a mesma, boa e ruim, que se encontra nas atividades privadas. A grande diferença é o sistema, o processo que leva a uma perda de eficiência e competitividade, na medida em que os critérios de avaliação são diferentes, em que o critério desses olhos são diferentes, mais demorados, com mais controle social, como tem que ser na atividade pública.

O setor público não conseguiu estabelecer ainda sanções ao mau administrador, da mesma forma que o setor privado pune o mau administrador. Nos jornais de hoje vemos que o presidente do Banco Central anuncia, com estardalhaço o fato de que o administrador de bancos estaduais e públicos poderá ser detido, conduzido à prisão, caso não respeite os ditames legais da condução da coisa pública.

É incrível que o Banco do Brasil, o primeiro da América Latina, com mais de 120 anos de história, até hoje tenha tido administradores não sujeitos à pena de detenção se não cumpriram os ditames legais.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 35 do proc.
N.º 133 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A 19 2		adília	terceir.	30 6		

Estamos fazendo isto em 1993. É uma grande inovação no setor público a punição do mau administrador. No setor privado essa é a regra. Acredito firmemente que como processo, como mecanismo decisório e forma de atuação, o setor privado tem mecanismos de cobrança, sanção e mecanismos decisórios que, inexoravelmente, conduzem a uma maior eficiência e produtividade, a uma maior qualidade e custo menor que aquele que o setor público consegue realizar, sem demérito e sem nenhuma distinção com relação às qualidades do administrador público, vis a vis o administrador do setor privado.

É evidente que algumas atividades são tipicamente pública, e elas têm que ser conduzidas pelo estado, com todos os critérios e custos adicionais que a necessidade de controle impõem à sociedade. Mas as atividades que o setor privado pode conduzir de forma competitiva, tem capital, tem know how, tem condições de executar, eu defendo que elas sejam executadas pelo setor privado e não pelo setor público.

Dentro desta visão que não é mais ideológica, pois o mundo inteiro - a China é o caso mais típico da privatização, da desburocratização, da desestatização, vimos o que aconteceu na União Soviética, no Leste Europeu, enfim no mundo inteiro, - caminha nessa direção. O processo começou com um ranço ideológico, mas hoje não tem mais. Esse processo tem que acontecer também no Brasil, e acreditando nesses princípios, na elaboração do plano de governo do nosso candidato à Prefeitura de São Paulo, Paulo Maluf, incluímos como uma das metas da gestão a privatização dos serviços suscetíveis a serem privatizados.

Com esse objetivo em mente, o Prefeito, simbolicamente, me encarregou de coordenar o processo, e o fez através de um decreto,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 36 de proc.
N.º 133 de 1982
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A 201		adília	terceir.	30 6		

no qual, pro-honore, me indicou como secretário da privatização e da parceria. É uma secretaria sem estrutura, sem cargos, sem poder, sem formalização, é apenas uma maneira que o Prefeito encontrou de dar uma ênfase maior, de mostrar, de sinalizar à sociedade que pretende levar à cabo a meta da privatização e terceirização e parcerias.

Não é só com relação à privatização em si que essa nova pasta é importante e adquire um significado todo especial. Ela também acumula a atividade da parceria, que mostra que as atividades públicas e privadas nem sempre - eu ousaria dizer na maioria das vezes - têm uma sinergia, interesses comuns, que fazem com que até na área de investimentos, tipicamente do setor público, possamos buscar recursos na iniciativa privada.

É com esse objetivo, de alavancar os recursos do setor público, incrementando investimentos, que estamos desenvolvendo a área de parceria, dentro da secretaria de privatização e parceria. Sabemos que o setor público está em crise em todo o mundo. Aqui, nos três níveis: federal, todos os estados e municípios. No mundo inteiro os setores públicos estão em crise. Os deficits públicos são elevadíssimos, mesmo nas economias mais desenvolvidas.

Os Estados Unidos têm deficits que chegam a valores fenomenais, comparativamente com os nossos padrões orçamentários, coisa de centena de milhões de dólares. Os países europeus enfrentam as mesmas dificuldades. Os sistemas previdenciários do mundo inteiro se encontram hoje pressionando ferozmente os orçamentos federais, públicos.

Se o estado deve continuar sendo capaz de prover o mínimo



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 32 do proc.
RAULO 133 de 1912
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
120	2	adília	terceir.	30 6		

necessário para a sustentação e colocação da infra-estrutura social e produtiva necessária à produção e manutenção da economia, necessariamente teremos também que buscar recursos complementares ao setor privado. Esse é o objetivo da secretaria de privatização.

Quero rapidamente descrever as principais áreas em que estamos atuando nesse trabalho de coordenação, de concatenação de interesses no sentido de obtermos a privatização de algumas atividades da Prefeitura. Na área de privatização eu faria uma importante observação. A Prefeitura não tem nenhuma ou quase nenhuma atividade, onde o processo clássico de privatização possa ocorrer.

Quando digo processo clássico de privatização estou me referindo às privatizações estilo BNDES, Usiminas, Ultrafértil, ou seja, empresas com patrimônio, atividade produtiva, merados ativos e passivos, que são transferidos in totum para a iniciativa privada, mediante leilões ou venda das empresas. Não temos na Prefeitura nenhuma atividade que se enquadre nesse padrão, com uma única exceção, que é uma empresa já objeto de estudo visando à privatização, que é o SEDEC, empresa montada na administração passada, que fabrica produtos de argamassa armada, de propriedade da EMURB que, embora tenha o seu produto com mercado cativo, a Prefeitura, não encontra nenhuma justificativa para continuar sendo de propriedade da Prefeitura.

Os estudos mostram que, comparativamente a produtos semelhantes no mercado, o nível de custo é 40% mais alto. Uma empresa que busca mercado vendendo produtos de argamassa armada não pode jamais ser eficiente se, para fazer a compra de um insumo, tem que fazer licitação, concorrência pública, o que demora 40, 50, 60 dias. Empre



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A21	1	adília	terceir.	30 6		

sa que vise mercado não pode ter funcionários estáveis. É o que acontece com o SEDEC, empresa que é passível de privatização clássica, com venda do seu capital ao setor privado; estamos trabalhando nesse projeto no momento.

Os outros projetos de privatização são gêneros mais específicos dessa categoria mais ampla de privatização, onde entra a terceirização, mencionada pelo presidente deste grupo de estudos. Estamos trabalhando na CMTC, na área de transportes, o seu presidente está aqui, e poderá fazer uma exposição mais detalhada sobre os objetivos de privatização, não uma privatização clássica de venda da CMTC - vejo aqui a Vereadora Zulaide Cobra. Recebi há dois dias, demorou para chegar às minhas mãos, um documento no qual S. Exa. indaga sobre os critérios de privatização da CMTC. O fulcro principal da questão é saber se algum ativo, algum patrimônio será vendido. Na realidade, não:

Na CMTC isso pode ser uma decorrência do processo, mas no momento não pretendemos executar um trabalho de privatização clássica mediante venda da empresa, até porque ela tem um patrimônio líquido negativo. Se formos vendê-la na forma em que se encontram, teremos que pagar alguma coisa ao comprador para assumir as dívidas acumuladas.

Portanto, não vamos executar um processo de privatização clássico na Prefeitura. Vamos terceirizar, oferecendo em concessão algumas atividades, passando ao setor privado, a execução de serviços que vínhamos executando na Administração, que a legislação permite oferecer em concessão ao setor privado.

A CMTC é a primeira empresa, que vinha causando aos cofres municipais uma sangria que, ~~infelizmente~~ inviabilizaria as finanças



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	39	do proc.
N.º	133	de 1983
O funcionário		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A22	1	adília	terceir.	30 6		

da Prefeitura em 1993/94, se nada tivesse sido feito no sentido da privatização e terceirização de suas atividades. O Presidente da CMTC vai poder nos dar detalhes. Deixo a ele uma descrição maior de como ocorrerá a privatização.

Uma outra empresa, objeto de estudos visando à sua privatização não clássica é o Anhembi. Estamos lançando edital para contratação de empresa que efetue estudos acerca da viabilidade econômica e financeira dela, levantamento do patrimônio, avaliação de potencial de mercado, enfim, todos os critérios necessários para uma radiografia do que representa aquela empresa, se bem gerida, e qual o seu patrimônio, o que detem em termos de ativos a serem utilizados no mercado.

A privatização do Anhembi não ocorre pelas mesmas razões da privatização da CMTC que, no aspecto que descrevi, é questão de sobrevivência da Prefeitura como um todo. O Anhembi, não. Teve déficit no ano passado, aceitável, coisa de cinco milhões de dólares mas não deveria ter déficit algum, porque, pelo seu potencial de mercado deveria ser altamente rentável e lucrativa. Esse é o trabalho que estamos encomendando, fazendo uma licitação.

No caso do Anhembi queremos galgar um patamar mais alto de produtividade, fazendo com que essa empresa, que é de fundamental importância para a Cidade, consiga concretizar o que dela é esperado. Temos tido reuniões com todo trade turístico, o grupo que atua nas áreas periféricas a essa de exposições, feiras e turismo. Os dados são estarrecedores: 40% do movimento hoteleiro de São Paulo depende da programação do Anhembi.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 40 do proc.
N.º 133 de 1983
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
A 22	2	adília	terceir.	30 6		

É uma empresa que tem uma importância estratégica de 40% do movimento hoteleiro, o que significa restaurantes, condução, compras, comércio, alimentação, e uma série de serviços que, do meu ponto de vista se encontram prejudicados e obstaculizados, a partir daquela empresa, na consecução de suas atividades específicas, quais sejam, ser um grande centro de exposições, convenções, além da atividade normativa de ser responsável pelo movimento turístico da Cidade.

No caso do Anhembi precisamos ter critérios de empresa privada, para que ela busque eficiência e produtividade. Nesses dois casos não venderemos a empresa. No da CMTA, porque não temos o que vender, e no do Anhembi porque chegamos à conclusão de que o estado não deve vender o patrimônio. É um monopólio. É a única com aquela importância na cidade, o maior ~~exposições~~ centro de exposições da Cidade e do Brasil, da América Latina, o sétimo do mundo, o único em condições de se situar em concorrências internacionais.

Hoje, quando são organizados os grandes congressos - eles são organizados com seis anos de antecedência ~~aproximadamente~~ -



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 41 do proc.
N.º 133 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A23	1	vand.	privatização	30.6.93		

São Paulo não concorre com o Centro ~~Rebouças~~ Rebouças. O Anhembi não concorre com o Centro Rebouças. O Anhembi não está concorrendo lá com o outro salão do Maksud. O Anhembi ou São Paulo está concorrendo com Londres, Nova York, com Bombaim, com Instambul porque os congressos são internacionais. A concorrência é mundial nesse nível de congresso. E São Paulo tem o único centro que é esse e que lhe permite concorrer nesse nível internacional. Portanto, em conversas com trem turístico optamos por não alienar esse patrimônio porque tem essa característica monopolística e tem essa característica até certo ponto pública no sentido de que é um investimento importante para a cidade e não podemos correr o risco de vender o Anhembi para um determinado grupo que depois resolva construir grande shopping ou supermercado no galpão de exposições que São Paulo perderia. Optamos, no caso do Anhembi, não pela venda mas agilizar a gestão desse patrimônio. O modelo que estamos seguindo no Anhembi é um contrato de gestão que vise através de uma terceirização da administração do Anhembi em busca da eficiência. Um parque que poderia ser gerido pela empresa privada no qual a Prefeitura terá uma participação seja em termos de faturamento, seja em termos de resultado econômico, no qual a Prefeitura terá a chamada golden cheq, quer dizer, poder de veto com relação às atividades desenvol-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Protocolo	42	do proc
Nº	132	de 19
O funcionário		
ORADOR	CONF. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	
A23	2	vand	privatização	30.6.93	

vida naquele parque, poderá ter um certo número de dia ou de eventos reservados às atividades de interesse social da Prefeitura no mais queremos que eles sejam geridos como uma empresa privada. A idéia no caso do Anhembi é uma licitação internacional na qual aceitaremos até que grupos multinacionais venham e se qualifiquem e concorram com grupos formados no Brasil para a gestão do parque. E há vários grupos nacionais e internacionais demonstrando interesse nisso. No caso da CMTC e do Anhembi, em alguns outros também, vamos distinguir normalmente a atividade normativa da operativa. A CMTC tem uma característica normativa, uma vez que ela é a gestora do sistema de transporte coletivo da cidade, mas é também operadora de ônibus. Como ~~uma~~ operadora ela atua a nível de igualdade com as privadas, só ~~que~~ que a nível de ineficiência mais elevada. Se hoje uma empresa privada tem um custo de 30, 35, 40 centavos de dólar por passageiro transportado, a CMTC tem um custo de 1,33 dólar. Uma parte desses custos da CMTC são atividades típicas de um poder normativo e não de operação. Ela tem sua área de controle de tráfego, de cobrança, de venda de bilhetes sociais ~~aos~~ aos empregados que onera isso. Se tirarmos esse componente de custo desse 1,33 dólar, mesmo assim deve chegar a um número próximo de 0,95 dólar. Comparando-se operação com operação, a



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 43 do proc.
PAULO 133 de 1973
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A23	3	vand	privatização	30.6.93		

CMTCC custa duas vezes mais. Vamos transferir para a atividade privada da a operação, não a normatização. Ela vai continuar existindo como empresa gestora do sistema, como a policial do sistema. Não vamos abrir mão - e essa é uma confusão que tem sido feita - da capacidade do Estado gerir o sistema de transporte como atividade pública. Pelo contrário, vai se fortalecer isso porque vamos nos concentrar nisso. A mesma coisa no caso do Anhembi. O Anhembi hoje opera um centro de convenções, mas ao mesmo tempo é a empresa responsável pela formação da política de fomento turístico de São Paulo. Essa atividade de fomento do turismo vai continuar sendo feita pelo Anhembi deslocada para o gabinete do Prefeito ou para uma atividade separada da de gestão. O Estado não perder o controle e a capacidade de gerir de acompanhar todas as atividades tipicamente públicas, apenas vamos transferir ao setor privado a operação no qual o setor privado tem maior eficiência. A terceira empresa crítica do ponto de vista da avaliação da secretaria de privatização e parceria é a Prodam. Uma empresa que tem todo um passado, uma história, vem prestando serviço a um custo elevado. Toda comparação que temos feito relativamente a empresas do setor privado nos mostram que não é razoável gastarmos aproximadamente de 5 a 6 milhões de dólares por mês para que essas atividades sejam realizadas. O setor privado



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 214 do proc.
N. 10133 de 19 82
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A24	1	vand	privatização	30.6.93		

teria condições de tercerizar essas atividades a um custo mais baixo. Na Prodam também desejamos transferir esse sistema para o setor privado e transformar a Prodam numa pequena empresa gestora da política informática da Prefeitura. Sempre digo ao Faria Lima, brincando, que eu gostaria que a Prodam se transformasse numa empresa ~~enxuta~~ enxuta onde não tivesse nenhum analista e nenhum micro, apenas cérebros para definir a política de informática. Jamais sentar e digitar um teclado de computador, isso tem que ser feito pela iniciativa privada. Essa a nossa visão. Quem sabe até, essa é uma tendência em todo mundo muito importante, comercializar informações. Hoje estamos na era da informática. Era da ~~ciência~~ cibernética significa que o insumo mais importante que existe não é nem capital, nem trabalho, nem recursos humanos, mas informação. A Prefeitura detém um cabedal de informação muito importante que poderá ser comercializado por essa Prodam, como, aliás, tive ocasião de ver, há 10 dias, no Canadá, quando fui participar de um congresso da União ~~de autoridades locais~~ Internacional de Autoridades locais quando apresentei os certificados de potencial construtivo da Faria Lima, fiquei 5 dias em Toronto e vi que toda a província de Ontario tem uma empresa privada no qual o Estado tem uma participação que é responsável por toda uma informação dos dados cadastrais e imobiliários da província inteira e também pela comercialização de dados, que são



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

PROV. 0	415	do proc
N.º	133	de 1983
O funcionário		
ORADOR	CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
A24	2	vand	privatização	30.6.93		

muito importantes. A empresa privada precisa saber, por exemplo, quantos imóveis tem numa determinada região, qual é o perfil sócio econômico da população, quantas padarias, quantas farmácias têm nesse determinado raio antes de colocar a minha empresa e fazer o meu investimento, qual a infra-estrutura colocada aqui e ali, se a empresa tem ou não débitos com relação ao Tesouro. Esses dados ~~estatísticos~~ centralizados num grande banco de dados que seria gerido pela Prodam poderia ser comercializado e gerar receitas para a Prefeitura e atender uma demanda. Hoje em dia sabemos que no Brasil se faz tudo a olho, pois não temos informações, a ~~Prm~~ Prefeitura dispõe, mas de alguma forma não consegue coordenar essa informação. Terceriza-se a Prodam, ela fica responsável pela gestão da política informática da Prefeitura e quem sabe pela comercialização desses dados mediante um acordo com algumas empresas com experiência nessa área. Esses são os 3 grandes projetos de privatização na Prefeitura: CMTC, Prodam e Anhembi. Não se esgotam aí. Já mencionei o Sedec. Estamos tratando de eventual privatização de outras atividades, essa num estágio mais atrasado. Ainda não começamos estudos mais detalhados. Por exemplo, operação de mercados municipais. Será que cabe à Prefeitura manter mercados municipais com estão? Quem sabe possamos privatizá-los. Só ouço reclamação dos permissionários nos mercados. A Prefeitura



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

PAULO 416 do proc
Nº 33 de 19 93
O funcionário
ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A25	1	vand	p.rivatização	30.6.93		

não tem condições de manter o prédio, o aluguel é alto, o desperdício é ~~muito~~ enorme, vazamento de água e energia elétrica, todos reclamam, todo mundo tem razão. A Prefeitura não tem condições de fazer os investimentos necessários, Quem sabe um processo de privatização inclusive com os próprios permissionários não seria um modelo interessante a ser desenvolvido? Estamos trabalhando num estágio inicial da privatização de outras atividades. A gráfica municipal, Quem conhece essa gráfica sabe que é uma lástima, ela está no tempo do gráfico trabalhando com chumbo com perigo para o gráfico que trabalha naquelas condições. Não tem sentido manter essa gráfica que produz pequenos panfletos para a Prefeitura, Isso precisa ser vendido, os funcionários aproveitados em outras atividades, O prédio aproveitado para outra atividade, Precisamos pensar em atividade como o Diário Oficial do Município, Imprimimos esse diário com a gráfica do Estado. Quem sabe uma gráfica do DCI ou uma particular não possa imprimir a custo mais baixo, Esses são subprodutos menores da atividade principal de privatização que visa a CMTC, o Anhembi, a Prodam, o Sedec. Queria falar alguma coisa sobre o processo de parceria, a segunda área que desenvolvemos na Secretaria de Privatização, Já descrevi a crise financeira que acomete o Estado e o setor público no mundo inteiro. Precisamos buscar recursos e o setor privado tem recursos, O setor



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 417 do proc.
N.º 133 de 1983
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTRAPARTE
A25	2	vand	privatização	30,6,93		

privado está capitalizado. No Brasil é típica essa situação. O setor privado tem recursos, mas não investe porque não tem segurança, não tem mercado, estamos vivendo uma ~~lax~~ brutal recessão, enquanto, segundo estimativas que pude obter também nessa minha última viagem ao exterior há quem estime que a fuga de capital no Brasil se coloque em torno de 100 bilhões de dólares. Foram para qualquer lugar, Ilhas Virgens, Suíça, Estados Unidos, Londres. O setor privado tem recursos, mas não encontra alternativas de investimento dentro do Brasil em função de uma série de razões que não cabe discutir aqui. A idéia da parceria é exatamente buscar essa energia entre o setor público e o privado. Quando o Estado tributa, ele taxa, ele recolhe uma determinada arrecadação e investe e essa atividade gera aumento da riqueza e uma demanda social. ~~Em~~ No entanto esse aumento de riqueza não é distribuída homogeneamente. Quero citar bem o caso da Faria Lima que é um exemplo onde a parceria encontra um exemplo a ser explorado. Uma avenida daquelas não se justificaria se fosse executada com recursos orçamentários, pois temos outras prioridades mais sérias. Não teríamos condições de propor uma atividade dessa se não tivéssemos como custeá-la com recursos do setor privadoxx que é quem vai se beneficiar desigualmente dessa atividade. Quem mora em São Mateus dificilmente



Ata n.º 48 de proc.
N.º 133 de 1993
O funcionário
ORADOR CONT. APORTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APORTE
A26	1	vand	privatização	30.6.93		

vai usufruir da sua utilidade em função daqueles investimentos. Quem vive na região se beneficia daquilo. É preciso fazer que esses que têm um aumento de ~~xix~~ riqueza, que se beneficiem dessa obra, custeiem essa obra. Não estou dizendo nada de novo. A Constituição prevê a contribuição de melhoria que é para isso, fazer com que o beneficiado custeie o investimento público. Só que a contribuição de melhoria encontra tantos problemas jurídicos que jamais foi utilizada. E se foi, o foi em um ou outro caso. Dificilmente temos condições de ativar esse processo para custeio de uma obra como essa que há interesse.

O SR ALMIR GUIMARÃES - Queria uma informação de V.Exa., se for pertinente o momento, se no projeto da readequação está embutido o projeto que trata da Av. Faria Lima?

O SR Não. O que existe, veja, estamos enviando hoje um projeto de lei que foi aprovado no CNLU, anteontem, que prevê a operação da Av. Faria Lima. E naquele projeto está que esses bonus serão emitidos e servirão para ressarcir os gastos que a Prefeitura possa ter com essas obras. Existe uma pequena dotação para execução de projetos da Faria Lima, mas não para execução, uma vez que esse projeto é estimado em 200 milhões de dólares.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha nº 418 de proc.
N. 133 de 1983
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A26	2	vand	preivratização	30.6.93		

O SR ALMIR GUIMARÃES - Agradeço V.Exa. porque havia uma dúvida entre os companheiros Vereadores dizendo que estava nesse projeto a matéria da Faria Lima.

O SR Há uma pequena dotação que não sei exatamente qual o valor.

O SR PRESIDENTE (José Indio Ferreira do Nascimento) - Estou inscrevendo os Vereadores que quiserem fazer perguntas, inclusive os presentes que quiserem, tanto ao Secretário, como ao presidente da CMTG, para que a gente ganhe um pouco mais de tempo porque temos sessão às 15 h.

O SR A Faria Lima é um exemplo da parceria. Na fase de debates escrever o que é esse certificado, esse Sepac. Outro exemplo que o Francisco poderá descrever é o caso dos corredores, dos terminais que também pretendemos desenvolver junto com a iniciativa privada. São 2 exemplos onde o setor privado pode ser interessante no sentido de levantar recursos e não pressionar o orçamento tão carente de investimentos em áreas sociais e necessárias. Era isso.

O SR PRESIDENTE (José Indio Ferreira do Nascimento) - Precisávamos ouvir isso. Registramos a presença dos Vereadores Emilio



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 50 do proc.
N.º 133 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A27	1	vand	privatização	30.6.93		

Meneghini, Murilo Antunes Alves que é membro desta Comissão, Edivaldo Estima, Vital Nolasco que é membro desta Comissão, ~~Toninho~~ Toninho Paiva, Aldaíza Sposati que é relatora, Zulaiê Cobra Ribeiro e Odilon Guedes que é membro desta Comissão. Apesar de V.Exa. ter colocado que não temos empresas para serem privatizadas no estilo clássico, gostaria de saber de V.Exa. se, dentro do critério de privatização, entre os modelos de privatização que se conhece, modelo inglês que inicia a venda parcial do capital acionário e só depois da empresa ter condições de rentabilidade é que passa a ser totalmente privatizada, e o francês que pulveriza as ações no mercado acionário, fica com o controle através de transmissão aos seus funcionários ou de uma holding seria uma privatização parcial. De qualquer forma um desses dois modelos deverá ter analogia com o pretendido para São Paulo. Gostaria de saber de V.Exa., como do Francisco Cristovão, presidente da CMTC o que se pretende em termos de privatização para todo esse arcabouço de empresas que V.Exa. acabou de citar. Posteriormente passo a palavra para os demais vereadores para fazer perguntas. Entendo que seria mais prático se todos fizemos as perguntas e depois o Secretário e o presidente da CMTC discorreria em resposta. Gostaríamos também de ouvir a palavra do presidente da CMTC sobre o que se pretende, principalmente na ~~CMTC~~ CMTC que é o problema maior



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 51 do proc.
N.º 133 de 1993
O funcionario

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A27	2	vand	privatização	30.6.93		

dados inclusive o seu número maior de funcionários e toda uma seleção que foi criada em torno desse processo desde que se falou em privatizar a CMTG. Peço ao Francisco que use da palavra.

O SR FRANCISCO - Faço uma proposta que é a seguinte:

Se for da conveniência dessa comissão eu me disponho a remarcar a sua conveniência uma outra vinda aqui que se fosse do interesse dos Vereadores aproveitar um pouco mais a presença do Secretário Marcos Cintra para debater com ele as questões. Eu viria noutra oportunidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	58	do proc.
N.º	PAUL 933	de 1993
O funcionário		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A28	1	morg.	privatização	30.6.93		

eu tenho toda disponibilidade de tempo aqui hoje, mas se for conveniente para os senhores, submeto essa questão à Presidência da comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Índio) - Está submetido a todos os membros da comissão, inclusive, os demais vereadores, é mais interessante, porque de fato o Francisco colocou a sugestão, que temos o plenário às três horas, então, gostaria de aproveitar a presença tanto do Secretário, quando do Francisco e no primeiro momento fazer com que se faça uma rodada de perguntas e nós iniciariamos com a Adailza, que é a primeira inscrita. Tem a palavra a nobre Vereadora Aldaíza Sposati.

O Sr. - Só queria por uma questão de ordem, vereadora, pedir minhas desculpas, não fiz referência à participação do Secretário, sequer à Mesa, mas eu acho que é muito conveniente que pudéssemos explorar essa presença do Secretário aqui hoje porque as questões que ele abordou, na verdade, são de caráter conceitual e é aquilo que está, são essas as diretrizes a política e as diretrizes que estão embasando todo o processo de privatização, de terceirização, enfim, de transferência das atividades operacionais da OMTG para o setor privado. Então, eu vou entrar mais no detalhe, mas acho que podemos explorar a presença do Secretário aqui.

A Sra. Aldaíza Sposati - Sr. Secretário, Srs. Vereadores, acho que primeiro, realmente cumprimentar e agradecer a possibilidade dos Srs. Secretários virem à Câmara, para a gente poder estar discutindo as questões. E inclusive, isso já foi motivo em outras reuniões o significado dessa iniciativa do Vereador José Índio, desta comissão de estudos.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 53 do proc
N.º 0133 de 83
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A28	2	morg.	privatização	30.6.93		

Acho que o que eu queria levantar é que seguramente a decisão entre privatização, terceirização e parceria, tem distinções, e tem distinções entre as três, exatamente, no que entendo assegurar o exercício do poder concedente do Estado. Então, acho que não dá para a gente discutir num mesmo plano as três posições, já que elas significam, no meu entendimento, situações diversas. A privatização supõe efetivamente o Estado abrir mão de um campo seu de atuação para a iniciativa privada, o que não é o que acontece na terceirização e na parceria, que eu entendo extremamente salutar a terceirização, principalmente em determinadas áreas de esgotamento da solução tecnológica se faz rapidamente e não tem porque o poder público investiga tão e não na verdade na manutenção, no avanço, investiga tal em determinados serviços e infra-estrutura. Então, neste sentido é que infelizmente não ouvi o Sr. Secretário desde o princípio, eu estava na Comissão de Política Urbana, mas entendo que há uma distinção nos três exemplos, entre Anhembi, CMTC, Prodam, e mesmo na questão da gráfica municipal, no que se refere ao exercício do poder concedente e a questão da terceirização. Então, é neste sentido que queria aqui fazer algumas questões ao Sr. Secretário.

Sem dúvida alguma o Anhembi ele é uma empresa que até foi criada no município para resolver problemas de uma empresa privada, que era da Alcântara Machado Produções. Então, o Estado municipal se onerou de determinada sustentação de infra-estrutura, que a empresa privada, Alcântara Machado não conseguia enquanto tal estar bancando. Mas mesmo assim ela ficou por longo tempo como a empresa prioritária no domínio do Anhembi. Portanto, agora deste investimento estatal, a



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 54 do proc
RAULO 133 de 893
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A28	3	morg.	privatização	30.6.93		

devolução deste capital já instalado para a iniciativa privada fazer uso fica a pergunta: qual vai ser o retorno para a Prefeitura, não só o retorno em termos de qualidade, que eu concordo ~~max~~ plenamente consigo, São Paulo é uma cidade que fala com o mundo e deve se preparar para falar com o mundo, mas efetivamente, qual vai ser o retorno que não seja só o de qualidade de operação, acho que essa é uma questão de um tributo, de uma dívida que o município bancou para a iniciativa privada e aí fica a questão digamos o seguinte, que sem dúvida alguma na terceirização é mantido o poder concedente do Estado, ele continua tutor do patrimônio, agora, não só a defesa do interesse público está colocado como soberana ao interesse econômico, mas queria entender assim, como é que esse serviço público ele vai enquanto tal, ele vai atender de forma indiscriminada a sociedade. Vamos dizer, o Anhembi, para esta metrópole é o único local nesta cidade de grande porte. Como grande porte ele pode atender desde convenções de tecnologia de ponta até encontros de movimentos sociais, todavia nós sabemos que a tecnologia de ponta vai ter condições de remunerar e de pagar o aluguel, os serviços, no caso o encontro de movimentos sociais que é representativo também das forças desta sociedade, seguramente não vai ter. Como nesta terceirização vai se dar conta da discrepância da sociedade. Essa é uma questão. E daí queria só levantar essa questão, a CMTC vamos discutir depois, agora quanto a questão da PRODAM, que o Sr. Secretário levanta muito bem o exemplo de Toronto, que eu também tive oportunidade de conhecer, a questão que se coloca e nem sei, concordo consigo, que a PRODAM não corresponde mais ao momento histórico, quer dizer, se ela foi criada no período em que foi para, e era uma novidade a informática, hoje a informática é o trivial, Então,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 55 do proc.
N. 133 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A29	1	morg,	privatização	30,6,93		

ela deve fazer parte do cotidiano da Prefeitura. Então, me parece que em Toronto, quando você chega num balcão da Prefeitura e tem a sua resposta imediata e até em línguas diferentes, no atendimento rápido, essa informática é colocada a serviço da população, coisa que infelizmente em São Paulo não conseguimos. Então, o que preocupa dentro daquele binômio interesse público, a salvaguarda do interesse público enquanto qualidade e o serviço à sociedade, como repensar essa questão da terceirização da PRODAM, não só do ponto de vista do equacionamento econômico mas do ponto de vista realmente do avanço, da informatização para o serviço da comunidade melhor qualidade.

O SR. PRESIDENTE (José Índio) - Eu vou passar aos outros vereadores que pretendem fazer perguntas ao Sr. Secretário, só que pediria que fizessem uso de todo o seu poder de síntese para que a gente consiga chegar às três horas no plenário. Tem a palavra o Vereador Vital Nolasco.

O SR. Vital Nolasco - O Sr. Secretário colocou alguns conceitos, dos quais discordo e gostaria de colocar os meus conceitos, ou a minha opinião a cerca desses conceitos. Onde o Secretário se refere que no mundo todo, diria que em parte, é bem verdade que há países que privatizam, mas não privatizam os serviços essenciais, ou aquilo que diz respeito à soberania do Estado, no Brasil acontece diferente, eles privatizam justamente aquilo que está ligado à soberania do país, mas mesmo assim o país que mais privatizou, que privatizou tudo, inclusive, produziu essa história toda, a privatização, foi a Inglaterra e a Inglaterra não resolveu os problemas sociais, muito pelo contrário, o Secretário deve ter visitado Londres e deve ter visto um quadro que a mendi-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 56 do proc.
PAULO 133 de 93
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
A29	2	morg.	privat.	30.6.93		

cância em Londres aumentou drasticamente, inclusive, quem é mendigo em Londres, diferentemente de São Paulo, que é um país terceiro mundo, são jovens que não conseguem trabalho, em grande parte, como também o desemprego, a própria Comunidade Econômica Européia, recentemente, fez um evento justamente preocupada com o crescimento de desemprego, justamente pela introdução desse modelo, que é neo-liberal, privatizante que busca o lucro máximo e isso em contra partida vai em detrimento das conquistas sociais dos trabalhadores e também diminuição de emprego. Quando se fala em produtividade aqui no Brasil estamos vendo isso, a produtividade da indústrias paulista tem aumentado, a indústria automobilística aumentou a sua produção em 40% e o desemprego também aumenta. Então, é uma contradição indissolúvel do sistema capitalista, qu anto mais ele avança, quanto mais ele concentra, mais gera crise social. Mas concretamente a privatização na Inglaterra não resolveu, muito pelo contrário, ela aprofundou o fosso social. E aqui no Brasil já vamos para grandes empresas privatizadas, e se falou muito em construção de hospitais, escolas e até o momento não vi nenhum hospital ser construído com recursos da privatização, pelo contrário, vejo a rede pública hspitalar em crise cada vez maior, aliás mais profunda. Então, não é a chamada privatização que vem resolver, pelo ncontrário. Recentemente a ONU divulgou um relatório que um dos seus organismos analisando o programa das privatizações, o senhor deve ter visto esse estudo, conclui que na maioria dos casos, essas privatizações não resolveram os problemas dos países onde foram feitas, muito pelo contrário acabaram entregando o patrimônio público na mão da iniciativa privada. Isso não sou eu queestou dizendo, é um relatório da ONU, quefoi divulgado recentemente. E isso é mais um pro-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

FAIXA 57 10 DIUC
N° 133
O funcionário
OBRADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
A30	1	morg.	privatiz.	30.6.93		

blema de conceito.

Mas, quero abordar algumas coisas mais de concreto, até porque o tempo é exíguo e quero dar oportunidade para outros colegas também usarem a palavra. Com relação ao problema da CMTC, queria saber do Sr. Secretário, o movimento em defesa da CMTC e vários vereadores desta Casa, várias personalidades civis estão lançando a proposta de um plebiscito na cidade, uma consulta à população da cidade, sobre o que a população de São Paulo acha, se apoia ou não a privatização da CMTC. Eu quero saber a opinião do Sr. Secretário, o que acha dessa consulta. Acha que seria salutar fazer uma consulta à população.

Com relação ao problema da Faria Lima, o senhor aqui afirmou que não estava no orçamento. Eu fiz questão de pegar no meu gabinete a cópia do projeto de lei mandada pelo Prefeito para a Câmara, na dotação da Secretaria de Vias Públicas, esta aqui a dotação 22401691.575 3334.4110 dotação atualizada em 15.4. zero . Proposta de readequação: um trilhão de cruzeiros. Desapropriação e execução de obras viárias na Av. Brig. Faria Lima. Esse é o projeto que foi enviado aqui pelo Executivo. Então, procede que de fato na readequação existe destinação de recursos para a Faria Lima. E uma última pergunta, o senhor aqui quando se referia ao problema da Faria Lima, o senhor dizia que o beneficiado pela obra paga o custeio. Quero saber se no entendimento do senhor isso também se aplica à questão do transporte coletivo. Se o beneficiário no caso o usuário é que tem que pagar, segundo o seu entendimento, se é que teria que pagar o custo real da tarifa, a Prefeitura não teria que subsidiar de forma alguma o subsídio da tarifa de ônibus. E mais uma questão bem rápida também, é que o senhor fala do custo da tarifa da CMTC,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Processo n.º 58
NPAULO 0133 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A30	2	morg.	privat.	30.6.93		

que hoje estaria em um dólar e trinta centavos, Há três meses atrás também a Prefeitura divulgou uma pesquisa na qual dizia que os empresários diziam que o custo da tarifa para eles era de 30 centes ~~de~~ de dólar, hoje estão dizendo que está em torno de 50 cents de dólar, Então, quem é que se enganou, se foi a Prefeitura ou se foram os empresário ou se de fato esses dados que ~~foram~~ os senhores nos apresentam são reais ou daqui há alguns meses vamos ter que rever novamente.

O SR. Odilon Guedes - Srs. Secretários, é um prazer tê-los aqui na Câmara. Queria ser bastante objetivo. A questão ~~desregulamentação~~ das privatizações é um problema nosso, que envolve toda a cidade, é uma discussão hoje que envolve toda a comunidade internacional. Inclusive, parabeneizei o Vereador José Índio, quando se propôs a fazer essa comissão de estudos pela relevância do assunto. E a questão do Estado, no meu entender o Estado não tem que ser grande nem tem que ser pequeno, ele tem que ser um Estado que tenha a capacidade de interferir na economia, planejar e daí saber gastar bem para resolver os problemas sociais e o desenvolvimento econômico. Isso é um detalhe. Na semana passada saiu um artigo na Folha de São Paulo mostrando que o governo americano fez a desregulamentação na aviação americana e ele está voltando a intervir e subsidiar setores da aviação, porque só trouxe problemas a chamada desregulamentação. Então, e mais um detalhe, no caso do Brasil, Estado, o professor sabe muito bem disso, o Estado tem um papel decisivo no desenvolvimento industrial brasileiro, principalmente depois da segunda guerra mundial. E eu acho que tem ainda. A minha opinião é que tem. Então, o que quero perguntar é o seguinte, no caso da PRODAM, no



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 59 do proc.
N.º 33 de 1983
C. funcionario

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A31	1	morg.	privatiz.	30.6.93		

meu modo de ver é uma companhia que tem um papel fundamental para o município, ela trata de uma questão decisiva, no mundo de hoje, que é a informação. E eu acho que ela não pode simplesmente, do ponto de vista estratégico depender de empresas privadas a respeito de informações, cadastros, lançamentos de impostos, porque essas empresa poderiam muito bem pressionar a empresa do município num período de lançamento de impostos, etc. Então, eu acho que a PRODAM precisa continuar no Município de São Paulo.

Outra questão, por exemplo, a Anhembi, pelo que eu sei nesse último período não recebeu dinheiro da Prefeitura, foi uma empresa que deu lucro e mais um detalhe, quero saber quem tem dinheiro para comparar a Anhembi, que deve valer uns 150 milhões de dólares, não só o terreno e os investimentos que tem lá. Gostaria de saber qual é o projeto que se tem claramente para não se passar para o setor privado um investimento muito grande do setor público, para não acontecer, como tem acontecido nas privatizações do governo federal, que estamos vendo aí, o governo acaba entregando quase de mão beijada empresas extremamente importantes para o setor privado. Então, eram estas as perguntas que eu gostaria de dirigir ao Sr. Secretário do Planejamento.

O SR. PRESIDENTE (José Índio) a Não sei se dada a exiguidade de tempo teríamos condições de continuar com a reunião, de qualquer forma, o Cel. Shelquin, assessor do nosso gabinete que gostaria de fazer uma colocação, pode usar da palavra. Mas se pudéssemos ter, posteriormente, por escrito essas respostas, porque fica difícil, o pessoal começa a se preocupar com a plenária...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Protocolo	80	de proc.
N.	132	de 1983
O funcionário		
ORADOR	CONT. A PARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
A31	2	morg,	privatiz,	30.6.93		

O Sr. Vital Nolasco - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma sugestão, até para... o Sr. Secretário poderia fazer o encaminhamento final e aí para não ser por escrito, se ele quiser alguma coisa pertinente, ele grava e manda a fita para a gente e a gente inclui como parte integrante aqui da nossa reunião.

O Sr. Asbel Henrique da Silveira - Observando as perguntas notamos que certo está o Vereador José Índio, quando se preocupou com a Anhembi, e nós fizemos um estudo profundo de como resolver o problema do Anhembi numa ocasião quando ainda não se falava em privatização e nem terceirização e concluímos que a melhor solução ali seria uma fundação, porque nós encaramos o Anhembi como um ponto estratégico cultural do Brasil. E como tal uma fundação iria resolver todos os problemas do Anhembi, inclusive o dominial, porque ...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 61 do proc.
N. 133 de 1973
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORDEM	CONT. PARTE
A32	1	regina	Com.Est.Terc.	30.6.93		

uma fundação iria resolver todos os problemas do Anhembi, inclusive o dominial, porque o nosso mestre e Vereador Murilo sabe perfeitamente do conflito dominial que existe ali no Anhembi, entre a Prefeitura e a Fiesp. Então, nós consultamos a Fiesp, consultamos a Associação Comercial e todos ficaram sensibilizados com a tese de se transformar aquilo numa fundação. A Prefeitura não abriria mão do seu poder cedente, seria então uma parceira decisiva nessa fundação. E nós teríamos um porte, que poderíamos trombetaar para o mundo inteiro, que há em São Paulo uma fundação cultural para abordar qualquer assunto, quer humanístico, quer um aspecto matemático, um aspecto mais sem esse fundo social. Portanto, está aí o projeto. Não sei se o Sr. Secretário tem conhecimento do Projeto de lei do Vereador José Índio, eu farei chegar as mãos de V.Exa.. E eu acho que é um caminho que não pode ser abandonado e deve ser discutido para colaborar.

Obrigado.

O SR. JOSÉ ÍNDIO - Bom, o Secretário Marcos Cintra vai dar as respostas as perguntas. Ele entende que seja melhor o encaminhamento. (Pausa)

O SR. MARCOS CINTRA(?) - Como eu disse, eu me predisponho a voltar em outra ocasião para continuar essa discussão, porque acho ser extremamente interessante.

Primeiramente, com relação as observações da Vereadora Aldaíza osati, ela se refere ao exercício do poder concedente. Sem dúvida alguma, nós temos plena consciência disso. E como eu tentei descrever, não tendemos abrir, em nenhum dos casos, mão desse poder concedente. Quer dizer, a atividade normativa, fiscalizadora, enfim, essencialmente pública será preservada. Nós apenas queremos transferir ao setor privado as



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha 62
N.º 933
O funcionário
do MOC
93

RQÓZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A32	2	regina	Com, Est, Terc.	30,6,93		

atividades meramente operadoras dessas empresas. Com relação ao Anhembi, a forma de se dar o retorno ao investimento público, que foi efetuado, sem dúvida alguma, a senhora tem toda razão, Quer dizer, o Anhembi foi privatizado para... Aliás, são típicas, isso sempre foi assim no Brasil. Todas as atividades do setor público federal hoje foram exatamente essa socialização de prejuízos das empresas privadas, o Estado absorve, etcêtera. Esse é um modelo clássico em termos da forma como o Estado acabou entrando em atividades que eram tipicamente do setor privado. E realmente nós pretendemos ter um retorno do investimento. Exatamente, nós não vamos vender um patrimônio (e aí já respondendo a uma indagação feita aqui, acho que foi o Vereador Odilon Guedes), nós não vamos vender o patrimônio. Acho que dificilmente teríamos condições de achar alguém que pague 150 milhões de dólares, que é a avaliação que fizeram. Acho que é difícil até se avaliar o valor daquilo lá. Não se pretende vender o patrimônio, mas apenas terceirizar a gestão, fazer um contrato de gestão, através de uma empresa privada, e o retorno do investimento se daria exatamente ou na participação no retorno dos resultados dessa atividade, ou como uma porcentagem da própria receita, da própria arrecadação do faturamento bruto da empresa, de tal forma que existem e nós estamos abrindo uma licitação para contratação de empresa especializada na área, para nos assessorar nessa questão. E com relação às atividades públicas, como, por exemplo, movimentos sociais, que eventualmente precisem... não elitização, eu descrevi que uma das coisas que acho muito importante, é que a Prefeitura tem uma reserva de tempo, uma reserva de espaço. A cada ano, dentro da programação do Anhembi, exatamente para atender suas necessidades específicas, que, às vezes, estão muito distanciadas dentro de um potencial



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Equipe	83	do prog
Nº	133	de 1993
O funcionário		
ORADOR	CONT. ARARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
A32	3	regina	Com. Est. Terc.	30.6.93		

de remuneração de mercado, que não seria possível de se obter. Então, nós estamos realmente pretendendo proteger essa questão. O retorno da Prefeitura e o interesse social, na utilização daquele equipamento, estaria num contrato de gestão que preveria todos esses casos. Com relação ao serviço e comodidade dos serviços da Prodam, realmente nas coisas que me referi, havendo de informação, é também isso. Não é venda apenas para o setor privado no sentido de alguém que queira abrir um negócio. É também venda para a própria Prefeitura das informações ao usuário, ao cidadão, enfim, ao munícipe, que deseja saber da sua situação com relação aos seus impostos, com relação a localização, com relação ao habite-se do imóvel, a impostos atrasados. Tudo isso, pode estar colocado em linha, "online", e esse acesso às informações poderiam ser fornecidas por essa empresa, que vai colocar essas informações em disponibilidade à Prefeitura. Quer dizer, a venda de informações inclusive para a própria Prefeitura. Ela pode ter a compra desse serviço colocada à disposição da comunidade. O Vereador Vital Nolasco, evidentemente, entrou em problemas muito mais profundos, no sentido (e não que os seus não sejam), mas ele está remetendo a uma discussão anterior, que é a questão mais conceitual da privatização e tudo mais, dizendo que em outros países não se privatizam serviços essenciais. E nós não vamos privatizar serviços essenciais, porque não creio que a área de exposições e feiras seja serviço essencial. A área de informática, nós não estamos abrindo mão desse serviço, apenas que vamos contratá-lo do setor privado. No caso da CMTCC o controle do poder concedente na área de transporte vai continuar totalmente nas mãos da CMTCC pela atual legislação. Portanto, o controle continua sendo totalmente do setor público. E eu não acredito que se comprometa nenhuma sobera-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha 01067	de 00 pros.
N.º 133	de 133
C funcionário	
ORADOR	CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A33	1	regina	Com.Est.Terc.	30.6.93		

nia nacional com a privatização desse serviço, ou com a terceirização dessas atividades, desses serviços. Ele mencionou o caso de Londres. Há muito tempo, ele tem sido mais feliz do que eu, provavelmente tem viajado mais frequentemente que eu, há mais de 30 anos não vou a Londres, não tenho ou não tiva oportunidade de vivenciar mendigos ou não, perambulando pelas ruas londrinas. Mas, de qualquer forma, eu queria dizer o seguinte: não acredito que a privatização seja a cura de todos os problemas nacionais. Não é isso! A privatização é apenas um procedimento de busca de maior eficiência, de maior eficácia. Nós não pretendemos acabar com mendigos e nem achar a cura para tósse com a privatização. A privatização é um procedimento dentro de uma ~~grande~~ gama de outras atividades, que tem que ser executadas pelo Estado. Eu acho que o problema da política macro-econômica, sem dúvida alguma, para resolver o problema do mendigo e da recessão, é muito mais importante do que a privatização. Ela é apenas um componente, não é Sr.Presidente, desse conjunto de medidas, que precisam ser adotadas. E com relação a essa relação cuasal, que ~~bele~~ insumua aqui entre privatização, recessão e tudo mais, eu acho que ele é que precisaria demonstrar essa relação. Se a privatização ~~causa~~ a recessão. Cientificamente, eu poderia dizer, por exemplo, a ele que sem a privatização provavelmente a recessão seria mais profunda do que é hoje. Quer dizer, não há como se aferir uma relação de casualidade entre dois pontos. Isso é o que se chama em economia de uma relação espúria. E eu acho que não caberia a ele o ônus da prova, para dizer que a privatização é que tem levado à recessão em países que adotaram esse caminho. Eu não conheço o trabalho da ONU. Gostaria até de pedir ao Sr.Presidente, se possível, que através da comissão solicitasse ao Vereador que me encaminhasse esse trabalho.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 65 de 1993
N.º 1033
O funcionário

ROZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A33	2	regina	Com.Est.Terc.	30.6.93		

Mas eu me surpreendária muito de ter nas mãos um trabalho, como ele disse, da ONU, que diz que a maioria das privatizações foi prejudicial às economias que efetuaram. Com relação à consulta à população, eu acredito que, veja, não sou absolutamente contra a consulta. Mas há que se estabelecer aí uma linha divisória. Quer dizer, se há qualquer ponto polêmico nós formos recorrer ao plebiscito e as consultas populares, nós, em primeiro lugar, perdemos grande parte da agilidade que hoje é necessária para a administração pública. Nós não podemos fazer, como eu disse, nós estávamos prevendo para este ano de 1993, se nada fosse feito, um déficit na área de transporte que chegaria a 1 bilhão e 100 milhões de dólares. Ou seja, 1/3 do orçamento da Prefeitura seria absorvido pelo setor dos transportes se nada tivesse sido feito. Agora, a cada dia que nós espremos, esse déficit acumula. Acho que até em função da própria agilidade e de se resolver um problema premente, essas consultas, se feitas com excessiva frequência, poderiam até ser prejudiciais àquelas a quem as consultas deveriam favorecer, que é a própria população, com acúmulo desse déficit que seria insustentável. Iriam, sem dúvida alguma, comprometer, aí sim, as atividades tipicamente sociais como: educação, saúde e tudo mais. Com relação aos recursos para a Faria Lima, eu queria dizer ao Vereador o seguinte. Existem recursos, mas, como falei, são pequenos. São recursos só para a fase de projetos, para a fase de início das obras. Ele menciona 1 trilhão de cruzeiros. Um trilhão de cruzeiros, hoje, são 10 milhões de dólares. A expectativa, em termos de (e estou trabalhando com dólar de 100 cruzeiros, que é o dólar médio até o final do ano, e não o de hoje) obra, isso é irrisório. São 5% do custo previsto da obra, que é de 200 milhões de dólares. Por-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 06 do PROC
N.º 101 33 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
A34	1	regina	Com. Est. Terc.	30.6.93		

tanto, são atividades apenas a nível de projeto, de facilitação dos estudos necessários à continuidade do projeto. E se prevê o ressarcimento desses recursos à Prefeitura com projeto de lei, que está sendo enviado hoje à Câmara Municipal, com relação a operação Faria Lima. Com relação ao subsídio ao transporte, acredito que algum subsídio vai continuar existindo. Isso acontece em quase todos os países do mundo. E nós acreditamos que não há condições, em função do nível de renda da população, da magnitude dos problemas da Cidade de São Paulo, do usuário financiar totalmente seu custo de transporte. Agora, nós pretendemos fazer esse subsídio de forma um pouco diferente da que vinha sendo feito. Era um subsídio dado as empresas e, com isso, justificava um compleição das tarifas. O nosso modelo é um pouco diferente. Nós não gostaríamos de comprimir as tarifas, mas conceder subsídio diretamente ao usuário, por intermédio do vale-desempregado; do passe-desempregado, do passe ao estudante. Isso vai efetivamente continuar significando subsídio ao usuário e não ao custo da empresa. Embora no conto final acabe sendo a mesma coisa. O subsídio sempre acaba favorecendo à população. Mas nós queremos fazer um subsídio mais diretamente orientado àquele que efetivamente necessita: o estudante, o desempregado, enfim, àqueles grupos, que é o que o Banco Mundial critica com muita frequência, os modelos de subvenção e de subsídios dos países em desenvolvimento, que é o que chamam de "nestarkiting" (?), quer dizer, se dá subsídio de uma forma generalizada. Se abaixa a tarifa e com isso se favorece, inclusive, aquele que não precisaria estar sendo subsidiado. Teria condições econômicas de pagar sua tarifa plena. Esse não precisaria de subsídio, mas estaria recebendo se a tarifa ficar comprimida. Nós preferimos fazer com que esse pague a sua tarifa plena e



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha N.º 123	do proc. 07 de 1993
O funcionário	
ORADOR	COND. AFANTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COND. AFANTE
A34	2	regina	Com, Est, Terc.	30,6,93		

orientar o subsídio para segmentos da população mais necessitados desse subsídio, que nós estimamos em 13%, do custo do sistema de transporte, que vai continuar sendo subsidiado pela Prefeitura de São Paulo. O Vereador fez uma pergunta também com relação a custo da CMTTC a das empresas. Eu acho que o Francisco poderia rapidamente tentar responder essa questão. Dos 30 centavos de dólar, dos 50. O Vereador Odilon falou na desregulamentação, que realmente não houve sucesso. Lógico, existem casos de insucesso de privatização. A área de telefonia, por exemplo, foi privatizada na Inglaterra sem muito sucesso. A avaliação que o usuário faz hoje é que o sistema de telefonia inglesa piorou, relativamente ao tempo em que estava privatizado. Já em outros países houve sucesso. Quer dizer, existem formas certas e erradas de se fazer, sucessos e insucessos. Agora, a tendência de privatização, de desregulamentação e desestatização, essa sim, como um todo, parece-me que houve sucesso. Daí a curiosidade de ver esse estudo da ONU, que o Vereador alega que a tendência, como um todo, apontou para o insucesso. E eu não tenho conhecimento desse trabalho. Gostaria imensamente de recebê-lo através dessa comissão de estudos. Ele menciona a questão da Prodam, que informações são sigilosas, que a Prefeitura poderia estar submetida a pressões de empresa privada, atcetera. Eu acho que isso é uma argumentação um pouco inconsistente, na medida em que essas pressões existem e sempre vão existir. Por exemplo, não é à toa que nós vemos que é exatamente em épocas cruciais, dentro de um cronograma de atividades, onde, por exemplo, as próprias reivindicações trabalhistas acabam exercendo pressão muito séria em cima do poder concedente. Isso acontece, quer dizer, nós podemos sofrer pressão da empresa privada, podemos sofrer pressão dos atuais funcionários da Prodam,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 68
N.º 133 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A34	3	regina	Com. Est. Terc.	30.6.93		

podemos sofrer uma gama enorme de focos de pressão, mas isso faz parte do exercício da Administração, exatamente tem de haver esse diálogo e a administração disso. Agora, uma coisa eu acho importante. Hoje em dia as técnicas modernas de informatização são extremamente bem protegidas. Grandes empresas, com dados muito mais sigilosos do que aqueles que nós temos na Prefeitura, hoje são totalmente privatizados. Os segredos industriais, dados confidenciais, que poderiam implicar se levados a público a quebra de um empresa, a insolvência de uma empresa, são feitos com o setor privado. Existem formas hoje de se garantir o sigilo desses dados. E eu não acredito até que nós tenhamos na Prefeitura nenhum dado que seja assim sigiloso. Dado de folha, dado de cadastro imobiliário, eu não vejo por quê isso seja sigiloso. Pelo contrário, acho até que isso deveria ser discutido, disponibilizados esses dados. Pelo menos é essa a posição que eu defenderia. (Apartes fora do microfone). Eu combato isso. Eu combato isso! Sou contra. Inclusive, na questão... (apartes ao longe do microfone). Olha, eu diria mais: a senhora pode ficar até surpresa mas nós temos dois sistemas orçamentários. Um sistema orçamentário, que é "SEu" (?); e outro que é o sistema de Execução Orçamentária. Eu, como Secretário, não tenha acesso ao segundo sistema, que é o da execução mesmo, que é o que é controlado pela Secretaria de Finanças. Eu também me sinto desprestigiado no momento em que esses dados não são colocados a minha disposição. (Apartes fora do microfone). Eu apóio. Esse eu apóio. E com relação a proposta do Sr. Asbel, da Fundação, eu gostaria imensamente de ver. Na realidade nós chegamos até a cogitar esse modelo. Eu queria dizer o seguinte: com relação ao Anhembi, nós não temos uma posição fechada, definitiva. Por isso, nós estamos abrindo uma lici-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 69 no proc.
N.º 133 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A35	1	regina	Com. Est. Terc.	30.6.93		

tação, para que uma empresa avalie de forma independente quais são as formas alternativas e, eventualmente, a criação de uma fundação, nos moldes da TV Cultura, poderia ser até uma solução adequada também. Não está fora do rol de cogitações, mas vou aguardar esse trabalho de consultoria, antes até, evidentemente, de trazer à discussão pública, porque é um dado importante.

O SR. JOSÉ ÍNDIO - Com a resposta do Sr. Secretário e dado o adiamento da hora, nós encerramos a reunião. Agradecemos a presença do Sr. Secretário, do Sr. Presidente da CMTC e aos demais Vereadores, numa prova eloquente de que existe realmente responsabilidade dos Srs. Vereadores, no sentido de todos os processos de privatização, terceirização e parcerias, que hoje o Governo Municipal pretende implantar. Eu diria até que estou surpreso com a presença de tantos Vereadores nesta reunião. Mas, sem dúvida, realçando esta Presidência o comparecimento e também, sem dúvida alguma, agradecendo a presença de todos. Gostaria, inclusive, de ter a participação dos senhores, que aqui estão, e das senhoras. Mas, infelizmente, estamos no final. Porém, nas reuniões subsequentes, sem dúvida alguma, terão todos a participação, através de perguntas, os que aqui comparecerem para dizer a respeito do problema em questão.

Muito obrigado Sr. Secretário, muito obrigado Sr. Presidente da CMTC, muito obrigado aos senhores presentes.

Está encerrada a reunião.

* * *

* *

*



Câmara Municipal de

Folha n.º	70	do proc.
N.º	633	de 1993
O funcionário	Lac. Paulo	

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

São Paulo, 23 de agosto de 1993.

MEMO CEE/Nº 119 /93

Ao Cerimonial

Senhor Chefe,

Conforme determinação do Ver. José Índio, Presidente da Comissão de Estudos da problemática da Privatização e Terceirização no âmbito da Administração Municipal de São Paulo, solicito a V. Sa. providências no sentido de ser reservado o Anexo "G"....., instalado equipamento de som para posterior transcrição e serviços de copa para o dia 25-08-93 das 13:30 às 16:00 horas, para reunião desta Comissão de Estudos.

Atenciosamente


p/ JADER AUGUSTO PIMENTA
Secretário

Em 23 / 8 / 93
Recebi o original

Cerimonial



Câmara Municipal de

Folha n.º	71	do prog
N.º	133	de 1993
funcionário	[Signature]	

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE A PROBLEMÁTICA DA PRIVATIZAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Presidenta: Ver José índio

Dia 25/08/93 - Anexo "G"

NOME

END/TEL

Jose Inacio

Vital Roberto

Sergio Trani chef. Gas ver. Odilon Guedes

Jose Tasso Varoli

João Spropi

Alto & Lucio

(marli) Alilton - Gas. Ver. Jose Lucio

Marcelo Figueira - Gab. ALDAIZA SPOSATI

Odilon Guedes



Folha n.º	72	do proc
N.º	133	de 1993
O funcionário	<i>[Signature]</i>	

Câmara Municipal de São Paulo

CONVITE

COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDOS DA PROBLEMÁTICA DA PRIVATIZAÇÃO E
TERCEIRIZAÇÃO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

São Paulo, 10 de agosto de 1993

AO SR. LÚCIO GREGORI

Na qualidade de Presidente da Comissão Especial para Estudos da problemática da privatização e terceirização no âmbito da Administração municipal de São Paulo, CONVIDO Vossa Senhoria para a reunião desta Comissão, a realizar-se no próximo dia 11.08.93 às 13:30 horas no salão Tiradentes, 8º andar desta edilidade paulistana.

Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria os meus protestos de alta estima e consideração.

[Signature]
Atenciosamente,

VER. JOSÉ INÍDIO FERREIRA DO NASCIMENTO
Presidente

Recebido em 10.08.93

Ferreira S. B. B. B.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

SEM REVISÃO

COMISSÃO DE ESTUDOS SOBRE PRIVATIZAÇÃO E
TERCEIRIZAÇÃO NO ÂMBITO DA PREFEITURA DE
SÃO PAULO,

Presidente: Sr. Vereador José Ferreira do Nascimento

Membros: Srs, Vereadores

Aldaíza Sposati

Vital Nolasco

Odilon Guedes

Gilberto Kassab

Antonio Carlos Caruso

Almir Guimarães

Murillo Antunes Alves

**Reunião realizada no Anexo "G", da Câmara Municipal de
São Paulo, em 25 de agosto de 1993**

Solicitante: Sr. Vereador José Ferreira do Nascimento

(Memo. CPI/nº 119/93)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Processo	133	do proc
N.º	133	de 19 83
O funcionário		
ORADOR		CONT. PARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	

SEM REVISÃO

NOTA - Gravação iniciada com atraso.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 75 de proc
N. PAULO 133 de 1992
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ABART
D22	1	valéria	priv.terc.	25.8.93	SEM REVISÃO	

do ex-Secretário Municipal de Transportes, Dr. Lucio Gregori, nós iniciamos hoje a reunião da Comissão Especial para Estudos da Problemática da Privatização e Terceirização no âmbito da Administração Municipal de São Paulo. Gostaríamos de dizer que já temos alguns pronunciamentos a respeito, mas achamos muito necessário a presença de quem teve uma vivência, diria até extensa, com o problema da CMTC, de forma que queremos agradecer a participação do Dr. Lucio Gregori e diga o que pensa sobre o processo de privatização e terceirização das diversas empresas no âmbito municipal.

O SR. LUCIO GREGORI - Inicialmente quero agradecer a esta Comissão de Estudos, particularmente o Presidente, Venador José Ferreira do Nascimento, e demais membros. Vou ser muito breve e tentar menos entrar em polêmica e mais colocar questões que ajudem a discutir essa matéria. A primeira delas, começando pela questão da terceirização. Terceirizar, como todos sabem, é uma forma pela qual alguém que contrate um serviço a ser executado por determinada empresa ou pessoa física admitir-se a idéia de que sairia mais em conta, mais barato, que ela fizesse esse serviço contratando terceiros do que ela mesmo produzir o serviço. Existem numerosos casos dessa natureza. Casos mais clássicos e conhecidos terceirizados é a limpeza dos edifícios, conservação, serviços gerais de manutenção - isso todo mundo faz, até a nível de domicílio, com serviço de encanador, eletricitista. Ninguém imagina no âmbito de uma unidade qualquer ter todos esses serviços produzidos internamente. Particularmente, na questão da Prefeitura de São Paulo e do Estado, enquanto nível, não o nível administrativo, mas enquanto entidade pública, o Estado Brasileiro, no geral, é fortemente terceirizado - nada de novo aí. A Prefei-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 20 da proc.
N.º 133 de 1998
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D22	2	valéria	priv. terc.	25.8.93		

tura de São Paulo é altissimamente terceirizada. A Prefeitura, na realidade, quase não produz nada internamente; nas regionais muito poucos serviços de manutenção, alguns poucos; ao nível de serviços gerais de interesse público, como transportes, lixo, destinação final de lixo, etc., tampouco a Prefeitura produz ela mesma esses serviços. Cada caso é um caso e depois podemos detalhar. Mais do que isso, todas as compras da Prefeitura, evidentemente, a Prefeitura não produz papel, é uma grande consumidora de papel, não produz caneta, não produz lápis, borracha, não produz concreto. Em alguns casos, poucos, ela tem alguma unidade de produção própria, como é o caso de usina de asfalto e isso para fazer determinados serviços de emergência e que dadas as características da contratação pública, seria extremamente difícil fazer com empresas privadas. Mas no geral a Prefeitura é, diria, quase que inteiramente terceirizada, então falar-se em terceirização hoje é mais ou menos chover no molhado.

~~Até aqui, portanto, a realidade está se desdobrando a discussão. Quando se~~
~~fala em terceirização, o que se quer dizer é a compra de serviços de terceiros~~
~~em, portanto, o que se quer dizer é a compra de serviços de terceiros~~
~~compra de papel, lápis, etc.~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 77
M.º 133
O funcionário
uu proc
de 1982

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
23	1	Raimundo	privatização	25-8		

... mas eu digo isso porque, na realidade, está-se deslocando a discussão. Quando se fala em terceirizar é preciso saber a propósito de que estamos falando terceirizar e aí finalmente chegaremos na privatização. Se está-se terceirizando a compra de papel, de lápis, borracha, etc., ~~xxxx~~ bens de consumo em geral nada a ser discutido, a acrescentar nesse sentido. Acho que hoje ninguém defende a idéia de que o Estado seja produtor de tudo, não é, sobre a alegação de que isso se tornaria, eventualmente, mais barato esse tipo de consumo grande por parte do Estado. Seria absurdo imaginar e sabem vocês que o Estado é um dos maiores compradores, por exemplo, de veículos do Brasil. Ninguém imagina, hoje, que o Estado deva ter uma indústria automobilística, dado que ele é um dos grandes compradores do mercado.

Então, imagino que quando se está discutindo a questão da terceirização, na realidade, está-se discutindo a terceirização e a privatização, que é uma outra coisa, de alguns serviços públicos que são peculiares ao Estado, em geral e à Prefeitura, em particular, no nível municipal. Aí a discussão é de outro caráter, porque se nós entendemos que existe aquilo que se denomina mercado, isso independentemente de considerações sobre o fato de ser o mercado maior ou pior regulador de uma economia, isso é uma outra discussão. Mas o mercado entendido como um número de pessoas e atividades consumidoras de diversos bens da sociedade. Isso é o mercado. Se nós admitimos que existe um mercado e ele existe, todavia esse mercado adquire características completamente distintas, conforme seja o tipo ~~xxx~~ do bem a ser vendido ou adquirido. Em outras ~~pi~~ palavras, estamos falando de papel, eu diria o seguinte: o mercado, no sentido clássico do termo capitalista, do tema agora,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n°	78	do proc
N.º	133	de 1992
O funcionário		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
23	2	Raimundo	privatização	25-8		

o mercado é um fator ou deveria ser ou poderia ser, de fato, um regulador de preços. Estou deixando de lado a questão da cartelização, oligopolização, monopolização, que é uma outra coisa, mas o mercado funciona com regulador de preço, como estabelecedor de condições concorrenciais. Não fora pelo preço, pelo menos em termos de disputa de hegemonia nesse mercado que poderá culminar até oligopólio, cartel, etc. Mas a Prefeitura quiser comprar papel poderá verificar o preço de diversos fabricantes, diversas especificações de produtos, diversos testes de qualidade e optar por este ou aquele fabricante ou ~~se~~ fornecedor de ~~se~~ papel. Assim serve para lápis, canetas e uma série de outras coisas.

Existem, ~~tem~~ todavia, alguns tipos de serviços que são exatamente os serviços públicos - por isso ele se chama público - que não têm essa característica de mercado, no sentido de que não há ~~condições~~ condições de haver estritamente concorrência, no sentido de produtividade, de outras características econômicas, porque este mercado não é regulado estritamente pela lei da oferta e ~~da~~ demanda. Vou citar 2 casos: transportes - já para ir convergindo para a discussão da CMTU. Por que que ~~transporte~~ transporte não é um mercado no sentido clássico da palavra? Porque o número de passageiros ou de pessoas que utilizam desse sistema não aumenta ou diminuem em função da concorrência em si mesma, ou seja as pessoas estão dispostas a fazer um certo número de viagens/dia de transporte coletivo, em geral, ônibus em particular e não será porque existir 3 ou 4 empresas que passam naquele ponto de ônibus em horários, no mesmo horário, ~~em~~ ou com diferentes características que esse número de passageiro vai-se alterar. Eles não farão mais viagens por causa da eventual diferença de serviços que ~~lhe~~ é ofertado. Pode-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 29 de proc.
N. 133
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
23	3	Raimundo	privatização	25-8-93		

rá haver uma pequena margem disso, mas fundamentalmente isso não vai ser alterado. Não é por exemplo como um produto, isso é um exemplo que já foi dado aqui em outras oportunidades, não nesta reunião da Câmara, mas a questão por exemplo de sabonete, eu posso escolher entre as diversas marcas de sabonete em função de perfume, em função dos componentes do sabonete, se ele tem soda cáustica, se não tem, se ele tem pouca espuma, se ele faz menos espuma, assim por diante. E isso evidentemente estabelece uma condição para que diversos fabricantes de sabonete disputem a capacidade de venderem seus produtos. Evidentemente isso não acontece com os transportes. É inimaginável pensar-se que no pseudo mercado de transporte houvesse a possibilidade de eu ter 5 diferentes empresas de ônibus trabalhando, empresas ou mesmo uma do Estado, várias do Estado disputando entre si e tivesse ofertando diferentes qualidades de padrões de serviços para uma população que está mais ou menos definida como é o usuário de ônibus em função do seu perfil de renda.

Da mesma ~~forma~~ forma o lixo, ~~na~~ maior razão, a quantidade de lixo produzida pelas pessoas é mais ou menos determinada pelo padrão de desenvolvimento e capacidade de aquisição de um povo, em função da sua distribuição de renda e dir-se-ia que hoje/em torno de 700g de lixo diário per capita. Pode ir a 750g em fase de expansão econômica, abaixar para 650, ~~até~~ 600g em fase de contenção, mas é mais ou menos isso. Ninguém imagina que haja possibilidade de trabalhar com o serviço de coleta de lixo como se trabalha no fornecimento de diferentes tipos de sabonetes ou diferentes tipos de marcas de automóveis e assim por diante.

Não é por outra razão que os serviços públicos, de um modo



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 80 de 100
NULO 133
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D243	2	Raimundo	privatização	25-8-93		

geral, são concessões do Estado. Elas não são concessões do Estado por 2 razões. Primeiro, porque são serviços de utilidade pública para todos, e nesse sentido são públicos. E segundo, porque são serviços que não são resolvidos a mercado.

E mais ainda, em vários casos, eles são concessões de serviços públicos sob a forma de monopólio. Ou são sob a forma de monopólio, porque é um mercado ~~tipo~~ tipicamente de monopólio, não existe condições de não ^{ser}ê-lo. É o caso do lixo, é o caso do transporte público.

E finalmente uma última caracterização é que independentemente de um serviço poder ser caracterizado como, vamos dizer assim, resolúvel a mercado ou não, ademais, ~~é~~ existe o conceito do que é público e do que é privado. Rigorosamente chama-se público aquilo que é de igual acesso a todos, ~~independente~~, no mesmo nível de qualidade, independentemente das condições de renda, classe social e religião, raça, opção sexual, qualquer que seja. Serviço público é da mesma qualidade para todos, sem nenhuma diferenciação. Qualquer cidadão que chegar no Hospital das Clínicas agora, ninguém lhe perguntará, primeiro, se ele tem dinheiro para pagar e em função dessa diferente capacidade de pagamento ele receberá um diferente tratamento ou lhe perguntará qualquer outra indagação de caráter racial, sexual, qualquer que seja, que ~~vai~~ vá limitar o seu acesso ao serviço ou vai diferenciar a qualidade do serviço que lhe é ofertado. Isso estritamente é um serviço público. Tudo que é privado, ao contrário, tem alguma restrição. Até o nome já diz, né, privado. O exemplo mais clássico que se conhece é a propriedade privada, aonde se encontra a famosa tabuletinha: não entre sem ser autorizado, porque isso aqui é uma propriedade privada.. Ou seja, uma das



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 81 de proc
N.º 10,33 de 1988
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
D24	2	Raimundo	privatização	25-8		

características do privado, seja sob a forma de propriedade, seja sob a forma de prestação de serviços é que ele tem algum grau de exclusão. Por exemplo se forem deixadas de lado as ~~proib~~ proibições constitucionais, que proíbe hoje qualquer discriminação de caráter racial, religioso, assim, por diante, mas mesmo assim, o privado estabelece algum tipo de restrição para que eu tenha acesso àquilo que o serviço privado me oferta, até mesmo no caso x quando não existe essa limitação, ela poderá existir sobre a forma até de se você pertence ou não a determinada corporação. Eu não posso ser associado do SESCO a meu bel prazer, eu tenho que comprovar que eu tenho alguma ligação com uma empresa ou a minha pessoa física exerce alguma x atividade ligada ao comércio e assim também ao SESI e assim também certamente até, eu diria, a qualquer associação, clube privado, que vai me ~~ex~~ exigir, vamos dizer preferencialmente que eu seja dessa ou daquela Corporação ou o Clube dos ~~Eng~~ Engenheiros, que vai exigir que eu seja engenheiro para fazer parte do Instituto ~~de~~ de Engenharia e portanto, ~~go~~ gozar da possibilidade de utilizar os serviços do clube campestre dos engenheiros. Se for médico não pode usar, só engenheiro que pode. Então, no limite o privado estabelece algum tipo de exclusão, de alguma natureza. Nos serviços, e em geral, essa exclusão se dá, sobretudo pela diferenciação da qualidade dos serviços em função do pagamento que lhe é dado. Então, se eu quero fazer uma viagem de avião de primeira classe custa mais do que eu fazer a viagem de 2a. classe ou de classe turista. E no limite, se eu não quiser ir de avião, porque tem um certo custo, aquele serviço, eu vou ter que ir com um outro meio de transporte que me seja acessível, diferentemente, portanto..., quer dizer, não se ima-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 08
N. PAULO/33
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D25	1	Raimundo	privatização	25-8		

gina no serviço privado a mesma abertura que existe no serviço público; se assim fosse, no limite, nós iríamos agora ao Aeroporto de Congonhas e entraríamos no 1º avião de qualquer uma das empresas que lá estão e faríamos a viagem e ninguém nos perguntaria sobre se nós temos condições de pagar, etc., tal como isso acontecerá se nós formos neste momento a uma pronto socorro municipal. Essa é a discussão que, de fato, no meu modo de ver, tem sentido. O que significa, toda vez que se pega um serviço público e se o torna um serviço privatizado e não terceirizado. Se for terceirizado é outra coisa, conforme discutimos anteriormente. Mas estou descartando, desde já, a possibilidade de terceirizar inteiramente um serviço público que seja caracteristicamente de monopólio. Então, convergindo para a questão dos transportes, entendo que transportes é uma concessão pública sob forma de monopólio e que, portanto, se ele for inteiramente privatizado stricto sensu e mesmo se ele for inteiramente terceirizado, mesmo que o poder público fique com regimento etc., ele, de fato, tornou esse serviço um serviço de caráter privado e portanto ficará mais dias, menos dias ~~subordinado~~ sob uma forma ou outra, ~~mas~~ sob a condição de um serviço que vá apresentar algum tipo de ~~ex~~excludência. Um exemplo clássico disso é o transporte exatamente. Então, eu diria o seguinte: dado que o transporte não é um serviço resolvido a mercado no sentido estrito do termo, como ele foi resolvido na Cidade de São Paulo na prática? Nós temos uma cidade que tinha uma determinada quantidade de linhas de ônibus - vou-me centralizar apenas na questão de ônibus - que algumas delas, olhadas pelo ângulo estrito - mercado - eram rentáveis, no ~~meu~~ sentido de que eu poderia ter, digo o empresário, ou um empresário, poderia ter um certo número de ônibus,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 83 de proc.
N.º AULO 133 us 122
O funcionário

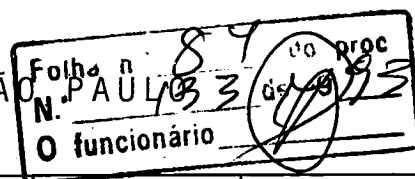
RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D26	1	Raimundo	privatização	25 8		

recebia um certo ~~f~~ valor pago pelos passageiros pago pelos passageiros para transportá-lo e ao ~~final~~ final do mês, ao fazer as contas, iria verificar que ele tinha tido uma determinada margem de lucro. Isso é uma atividade rentável, portanto resolúvel, nesse sentido a mercado; mercado no sentido de que lhe ~~propicia~~ propicia uma atividade com margem de lucro ou com ~~rentabilidade~~ rentabilidade. O que acontece ? Na Cidade existem uma série de linhas de ônibus que se tornaram necessárias ao longo do tempo para atender diversas populações em função do crescimento da Cidade. E acontece que várias linhas de ônibus, se você fizesse a conta, dado o número de passageiros que você transportava, e dado a sua extensão, o número de viagens que você deveria fazer você precisar cobrar um tal preço por essa passagem de ônibus que ele iria se tornar extamente inacessível a quem dele ~~se~~ precisa-se servir e curiosamente isso vai acontecer exatamente na razão inversa da distância ~~x~~ da viagem. Ou seja, vai acontecer que o preço da passagem seria tanto mais alto quanto menor a capacidade de pagamento do passagewiro.

Muito bem, isso significa que, até por isso o serviço é público, a Prefeitura, no caso o poder público, absorve a responsabilidade de ~~dar~~ dar transporte aos cidadãos que moram nas periferias distantes com baixa densidade, portanto a baixa rentabilidade no seu transporte para o empresário... (ininteligível) O que ela fez? Como existem um conjunto de linhas na cidade que são lucrativas e um conjunto não lucrativas - o conjunto lucrativo ficou com as empresas privadas, basicamente é isso, para simplificar um ~~um~~ pouco a coisa, mas o grosso é isso. E a Prefeitura, através de ~~uma~~ sua empresa, ficou com todas as linhas, algumas rentáveis também, mas basicamente o grosso das linhas não rentá-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D26	2	Raimundo	privatização	28 8		

veis ficaram com a empresa da Prefeitura, que era a forma da prefeitura manter um serviço para todos os cidadãos, no conceito de serviço público, porque senão nós teríamos exatamente uma privatização dos serviços. Ou seja, só teria ônibus aquele que tivesse capacidade de pagá-lo. E, portanto, quem morasse num bairro de alta densidade, de ~~um~~ alto número de passageiros por km teria serviço de ônibus. Quem não tivesse essa capacidade ou morasse num bairro de baixa densidade não teria serviço de ônibus, portanto, esse serviço ~~é~~ tinha-se privatizado, na prática. Isso que é a idéia de privatizado versus público. Não é por outra razão que a CMTCC historicamente deu prejuízo. Ela deu prejuízo, porque ela era a outra face de um sistema que ~~tem~~ tem prejuízos e lucros e essa divisão tinha sido feita de uma maneira pela qual aquilo que fosse prejuízo fosse bancado pela Prefeitura e aquilo que fosse lucrativo fosse bancado, no caso ~~hem~~ bancado, fosse explorado, no sentido econômico do termo pelo setor privado. Essa é a história do transporte de São Paulo e essa história não se resolve, evidentemente por eu acabar a empresa CMTCC, no quadro que eu definir anteriormente. Porque se eu acabar com a CMTCC, forçosamente eu vou reestabelecer a lógica do privatizado e alguém vai ficar sem transporte nesta Cidade. E a maneira mais sutil de fazer com que uma pessoa não tenha transporte não é evidentemente colocar na frente de um ônibus; dizendo, olha: é proibida a entrada de pessoas que não paguem essa passagem, mas é simplesmente colocar uma passagem num valor que torne inacessível o serviço a um certo número de pessoas. A tarifa sempre foi equivocadamente, aliás, entendida como uma forma de controle da demanda. E ela pode ser, de fato, embora esse não seja o objetivo central da cobrança da tarifa.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Boleto 85
N.º 133
O funcionário
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D26	3	Raimundo	privatização	25 -8		

ge-se uma empresa pública que absorva a parte não lucrativa de um sistema justifica e explica uma boa parte dos constantes prejuízos da CMTc e eu diria mais, se a CMTc fosse propriedade não do poder público, mas de algum mecenas que quisesse prestar esse serviço tal como na Idade Antiga, os ~~mex~~ mecenas bancavam os artistas, certamente em alguns casos sem nenhum lucro, ~~mex~~ mas se tivesse algum mecena que dissesse, não, tudo bem, eu quero garantir um serviço para todos os passageiros de ônibus potencial da cidade de São Paulo, independentemente da sua capacidade de renda, esse mecenas teria o exato prejuízo que a Prefeitura tinha. Portanto, o prejuízo não é característico do fato de ser administrado pela prefeitura, mas ele é característico de uma lógica de falso mercado que estava transformado o transporte de São Paulo.

Andando um pouquinho mais rápido para chegar no ponto atual, no ano de 92, os Vereadores aqui presentes conhecem tão bem, melhor do que eu, se mudou essa forma de regular o transporte na Cidade de São Paulo e se transformou isso num sistema, no limite intensamente terceirizado. Onde, todavia, a terceirização sim e não mais a exploração sob forma de concessão, que são 2 figuras completamente diferentes no transporte. ~~São Paulo é uma cidade~~ O transporte, de fato, é um serviço público, como é hospital, pronto-socorro, a escola, etc, onde a Prefeitura não produz o lápis, a ~~mar~~ borracha, papel, etc, tal, mas no caso ~~da~~ do transporte ela passou a ter exatamente a mesma condição, só que ela não era necessariamente a proprietária e a contratadora direto da mão de obra e proprietária de todos os veículos. Isso é uma forma de terceirização, tal como existe em todos os demais serviços públicos. Porém, volto à idéia inicial, na medida em que o mercado de transporte é de mo-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

826 GO. MUN. DE SÃO PAULO
Folha N. 133 de 133
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D28	1	Raimundo	privatização	25 - 8		

nopólio, se eu terceirizar inteiramente, passo a ter restrições do setor privado no que se refere a sua rentabilidade, sobretudo a sua rentabilidade, deixando de lado a produtividade, que é uma outra discussão. Ou seja, o setor privado vai procurar constantemente uma maior rentabilidade do seu investimento. E se eu tiver no serviço público que tenha inteiramente terceirizado ou no caso privatizado, nesse sentido, ele passa a sofrer as pressões do setor privado, no sentido de aumentar sua rentabilidade, ou seja, aquilo que com a municipalização dos transportes se fez, ou seja, as empresas de ônibus contratadas deixavam de ter qualquer interesse na questão tarifária, porque eles recebiam seus serviços pelo custo, da mesma forma que a firma de Engenharia que constrói um viaduto recebe pelos custos dos serviços que presta, por empreitada, seja metro cúbico de concreto, quilos de ferro, volume de tijolos, o que seja, ela recebe pelo custo e ela não quer saber, no limite, né, não tem a ver com a fonte de recursos que vai gerar os recursos necessários a pagá-la. A mesma coisa se estabelecia no sistema de transporte, na medida, se nós privatizamos inteiramente o serviço de transporte e não tenhamos condições de apropriar adequadamente os custos desse serviço, até por não termos referencias mais precisos por não operá-lo, nós vamos passar a sofrer pressões do setor privado que vai ter interesse crescente no aumento da tarifa para garantir a sua maior rentabilidade. De resto, na situação atual da Prefeitura, na medida em que se voltou a pagar por passageiro transportado, numa lógica que eu acho que é análoga ao sistema tarifado, isso significa que os empresários de ônibus vão ter interesse em tarifas crescentes para garantir uma maior rentabi-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Fls. n.º 82
N.º 133 de 1933
O funcionário
ORADOR
CONT. PARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
D27	2	Raimundo	privatização	25- 8		

lidade do seu investimento, sem ~~nenhuma~~ nenhuma referência específica não é por outra razão que a tarifa de ônibus está anunciada agora para 47 centavos de dólar, porque agora os empresários têm interesse que as tarifas sejam cada vez maior. Primeiro, porque recebe por passageiros transportados, segundo porque fica ~~com o dinheiro da~~ ^{com o dinheiro da} catraca na mão. E é evidente que quanto mais dinheiro na mão maior rentabilidade para o seu investimento. Então, esta lógica da municipalização garantia à Prefeitura o comando do sistema, e, ao meu modo de ver, a existência de uma empresa operadora para exercer exatamente a sua possibilidade de monopólio, até para conhecer também os meandros e os custos nesse sistema. Dou um exemplo que acho que é mais fácil de perceber. A Volkswagen certamente terceiriza uma série de coisas, né, ela não ~~ela~~ produz todos os seus equipamentos, todos os acessórios de seus carros, aliás elas chamam montadoras por causa disso, mas pergunto, a Volkswagen jamais vai fazer o seguinte: contratar GM - ela fecha as suas indústrias para produzir seus carros e lhes fornece um projeto, suas especificações e vai perguntar à Volkswagen quanto custa a produção desse carro. Seria uma ingenuidade a gente imaginar que a GM vai dizer quem o carro da Volkswagen vai custar um pouco mais do que, de fato, ele poderia custar e a Volkswagen não vai ter formas de dizer não, isso está caro, porque consigo ~~produzir~~ ^{produzir} por menos ou até por mais, se for, mas ela vai ter um referencial; é o suicídio, no caso, da ~~Volkswagen~~ ^{Volkswagen}, seria o suicídio da Volkswagen. A mesma coisa no caso dos transportes na medida em que a Prefeitura ~~entrega~~ ^{entrega} todos os serviços, mesmo sob forma de contratada, mesmo ~~com~~ ^{com} regulamentação, mesmo com isso e aquilo, entrega para terceiros inteiramente a operação, mais dias, menos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 88 de proc.
N.º 133 de 1982
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COMPARTES
D28	1	Raimundo	privatização	25 8		

dia, isso não se dará a curto prazo. Mais dias, menos dias ela não terá referencial para controlar esse próprio serviço que ela está contratando. Esse é o caso que acontece no lixo em São Paulo, em que a Prefeitura não tem nenhum referencial e eu posso dizer a vocês, fui Secretário de Serviços e Obras, a indigência da Prefeitura para discutir ~~na~~ com os empresários do lixo a planilha de custo do lixo na cidade de São Paulo, porque ~~já~~ não tinha condição de discussão. Bem, isso é uma colocação mais geral.

Com relação à questão da privatização da CMTC em particular, diria o seguinte: a ~~na~~ CMTC hoje tem a seguinte característica, ela é uma empresa contratada pela Prefeitura em condições de igualdade com as empresas privadas, pela municipalização e recebe pelo custo. Esse custo tem basicamente na CMTC que opera ônibus e é contratada da Prefeitura, que a gente chama a CMTC municipalizada, essa empresa tem um custo de aproximadamente 27% maior do que a empresa privada. Eu tenho documentação aqui do tempo que fui secretário, mandei fazer esse estudo. Ou seja, igualadas as condições ~~de~~ operacionais da CMTC e da empresa privada, por causa de algumas nuances operacionais entre os 2 setores, a CMTC custa cerca de 27 a 30% a mais, por km, por ~~tax~~ passageiro, qualquer que seja o índice do que uma empresa privada. E a razão dessa diferença está perfeitamente detectada, é porque o salário pago pela CMTC aos seus operadores é cerca de 30% superior ao que paga para o mesmo funcionário a empresa privada. Isso se deve a uma segunda razão, é que a CMTC tem um plano de cargos e salários, pelo qual o funcionário pode, saindo do zero, quando é contratado, ascender até se não ~~me~~ me falha a memória, 9 diferentes níveis salariais por aí,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 92
RAULO 33
O funcionário
COM. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
D29	1	morg.	com. privat.	25.8.93		

Essa é a diferença central de custos entre a CMTC e as empresas privadas, do ponto de vista operacional. Outra diferença é a seguinte, a CMTC tem um capital fixo em equipamentos, ~~em~~ instalações, etc., necessário para operar aproximadamente quatro mil ônibus, mais ou menos como um cidadão solteiro que mora num apartamento de cinco quartos, solteiro, sem filhos e sem companheira e mora num apartamento com cinco quartos. Está sobrando quartos para ele, ou seja aquele apartamento é para uma família que tenha cinco ou quatro filhos, a CMTC é assim é uma solteira que mora num apartamento de cinco quartos, ou seja o capital fixo da CMTC é para uma frota de quatro mil ônibus, mas a CMTC tem uma frota de 2.700, portanto, eu teria duas possibilidades alavancar a frota da CMTC para quatro mil ônibus e aí o capital fixo dela fica proporcional à sua frota ou vou diluir todos os custos adicionais da CMTC além desses 30% que citei anteriormente ou ao contrário vou diminuir este capital fixo para chegar na frota de 2.700 ou dois mil e aí é uma outra discussão, dando como inicial, que deve haver uma empresa do município operadora do setor a outra discussão é o tamanho dessa operadora e, conseqüentemente, o ajuste do seu capital fixo a essa operadora. O que eu estou vendo é q que está se fazendo na CMTC é algo absolutamente sem cabimento mesmo do ponto de vista neo liberal, se alguns dos senhores aqui fossem donos de uma empresa de serviços de entregas de uma certa maneira, o transporte é um serviço de entregas de pessoas e tivesse uma frota de dez Kombis, com motoristas e carregadores e tivessem uma garagem com capacidade para 300 Kombis com todos os equipamentos, acessórios, instalações para fazer a manutenção de 300 Kombis e o



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha 11
N. PAULO 133
O funcionário 1982

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D29	2	morg.	com.privat.	25.8.93		

senhor tem uma frota de 10, estou exagerando nos números, pergunto, qual seria sua primeira providência para iniciar a viabilização dessa empresa ? Seria despedir os motoristas das Kombis ? É burro, porque aí eu vou ter a mesma garagem de 300 Kombis, me pesando e em compensação deixaria de ter essas 10 Kombis que me produzem. Então, o que está sendo feito na CMTC, independentemente da discussão anterior é que a forma de privatização, a chamada privatização, vamos chegar lá na realidade está sendo feita pelo caminho mais extravagante que eu conheço e isso vai significar que a CMTC, propriamente dita que vai restar será uma empresa cada vez mais deficitária em termos proporcionais, não estou dizendo em termos absolutos, portanto, cada vez mais invendável, até pela lógica da idéia de sua venda. Então, essa é uma crítica adicional que se faz ao chamado processo de privatização da CMTC. Então, diria que do ponto de vista do sistema de transportes, eu acho que a existência de uma operadora é indispensável, segundo que ao se fazer o ajuste desta empresa operadora para que ela tenha a sua necessária racionalidade, eficiência, eficácia, que eu acho que todo mundo precisa ter, evidentemente, não se trilha o caminho que ora está se trilhando na atual administração, sem fazer uma defesa de quem só olha para o próprio umbigo, mas o que foi iniciado a ser feito no ano passado apontava para a forma realmente de viabilizar uma empresa estatal, operadora, defensora do monopólio, com capacidade de intervenção no sistema e com necessário fornecimento de conhecimento da Prefeitura para realmente poder administrar as empresas privadas, que era a racionalização da CMTC via a municipalização, não vou entrar em detalhes aqui, mas o esquema que foi feito criava as condições para, primeiro, a CMTC sair do vermelho, no sentido de operadora, no



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 92	o proc.
Nº 733	de 1983
O funcionário	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
D30	1	morg.	com.privat.	25.8.93		

medida que não precisava operar mais as linhas não rentáveis da cidade. Segundo, a CMTC ao ser remunerada pelo custo garantia à Prefeitura, a capacidade de fiscalizar estes custos, e, terceiro, a XCMTC na medida que se mantinha como uma empresa com certo nível de eficiência progressiva, de fato passava a ser uma referência importante para a Prefeitura poder avaliar os custos dos serviços privados. Não foi sem outra razão por exemplo que no ano passado, nós ~~nós~~ pudemos definir que o chassís, carrocerias, pneus, números de recapagem de pneus e assim por diante fossem cortados em 30% do que era pago às empresas prestadoras de serviços, porque tínhamos um setor de engenharia da CMTC, solicitamos que fizessem um estudo, um estudo, um levantamento e isso foi feito e chegamos às empresas e dissemos, o pneu compramos por um preço inferior a 30% de tabela, as carrocerias também, o número de recapagens de pneus está aqui demonstrado, 106 mil quilômetros mais duas e meia recapagens e assim por diante e baixamos em 30% o valor desse item na planilha de custos. Pergunto, como é que eu vou fazer isso se eu tenho todo o serviço contratado por uma empresa privada e vou ter que perguntar para ela qual é o custo que eu posso abater desse serviço porque ela é a única detentora desse conhecimento? E isso aconteceu no lixo, em que discussões infundáveis ocorriam sobre a ~~xxx~~ durabilidade de pneu e as empresas de lixo alegavam que o pneu de caminhão de lixo dura menos do que caminhão comum, por causa da corrosividade do material e nós não tínhamos fórmula de discutir isso com o mínimo de objetividade, além de outros elementos. Então, esse é o resumo a questão da privatização da CMTC, que eu acho, a meu modo de ver, aponta para um retrocesso muito grave no sistema de transportes. Até por uma curiosidade eu



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

PAUTA 0. 93	do 1993
N. 133	05/09/93
C. funcionário	CONT. ADANTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ADANTE
D30	2	morg.	com.,privat.	25.8.93		

trouxe aqui e deixo cópia à disposição da comissão, deve ser do seu conhecimento, que a pesquisa feita nos serviços de transportes em São Paulo, no primeiro semestre de 1993, mostrou uma queda de 18% na qualidade de serviços dos ônibus particulares, em relação ao último mês da administração anterior. Depois de ter sofrido um aumento de qualidade, na avaliação da população, entre junho de 91 e dezembro de 92, em 100%, menos 40 mais 60% de melhoria e caiu 18 pontos no primeiro semestre e curiosamente a CMTC não caiu no primeiro semestre de 93, o que mostra que não há nenhuma irracionalidade, nem desqualificação na qualidade dos serviços prestados pela CMTC, até por outra razão, curiosamente, a CMTC foi a empresa que no primeiro semestre de 93 recebeu exatamente pelo seu custo, enquanto que as empresas privadas tiveram aquela coisa exgravagante de fixar se arbitrariamente em 30 centavos de dólar o transporte de passageiros e o resultado não demerou muito, 18% de queda na qualidade e a CMTC se manteve, o importante aí é a comparação de CMTC com o setor privado, ou seja, se a Prefeitura remunera adequadamente inclusive a sua empresa, ela garante a qualidade do serviço e a outra discussão é a relação capital fixo, frota e o processo forma pela qual a CMTC está sendo, a meu modo de ver, falsamente privatizada, ela está sendo extinta e aí se coloca uma segunda discussão que é a questão da necessidade da Câmara Municipal aprovar o processo de extinção da CMTC, que é o que de fato está acontecendo. No mais diria que uma série de empresas da Prefeitura, além de serem fortemente terceirizadas algumas delas têm mais serviços a serem terceirizados, acho que é o caso da Anhembi, não sei em que medida a Anhembi precisa ser uma empresa da Prefeitura, isso é uma discussão que tem que se avaliar, e



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Protocolo	94	do processo
N.º	133	de 1993
O funcionário		
ORADOR	CONT. A PARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
D31	1	morg.	com.privat.	25.8.93		

acho que a PRODAM tem alguns serviços que podem ser adicionados e terceirizados e tem outros que não pode de jeito nenhum porque são informações estratégicas, ou sejam, se quem manipula, ou quem lida, executa os serviços de apoio de informatização do orçamento municipal são empresas privadas, eu acho que realmente é mais ou menos como o Bradesco entregar todos os seus serviços, e os bancos não fazem isso, eles terceirizam vários serviços de informação, mas alguns não, evidente, até porque ele vai estar entregando o conhecimento fundamental que ele tem para definir decisões políticas e no caso ser determinado serviços da PRODAM forem terceirizados, realmente, se estará abrindo mão do controle estratégico do orçamento municipal e acho que isso é fatal, se assemelha àquele caso da Volkswagen e da GM que eu dei anteriormente, é suicídio.

A EMURB é uma empresa de gerenciamento e que eu acho que pode de uma certa maneira ela terceirizar, é uma forma a mais a Prefeitura contratar empresas de gerenciamento para acompanhar as suas obras, vejo no caso da EMURB uma perda da sua função primordial que é o que contempla a sua lei e até por isso ela é empresa pública, aliás é a única empresa pública, no sentido pleno do município, em que deveria ser uma empresa de reurbanização e renovação urbana na cidade de São Paulo. E esta é a grande meta que ela tem e nesse sentido ela também não pode ser privatizada, porque a lógica da EMURB nesse sentido era exatamente, o setor público capitalizar para si os benefícios das melhorias que ela faz na cidade quando se abre uma via, quando se faz melhorias urbanísticas, quem se apropria das valorizações é o setor privado, são as vizinhanças próximas e ou distante e no caso o investidor que é o poder



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

95
F. PAULO
N. 133
O funcionário
ORADOR
CONF. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONF. APARTE
D31	2	morg.	com.privat.	25.8.93		

municipal não fica com as vantagens do seu investimento, a EMURB foi criada para isso e então nesse sentido eu vejo que a EMURB não é privatizada para essa função, para a função de gerenciadora ela pode ser como é, quase que totalmente terceirizada. A CET não dá pra privatizar porque aí aquela lógica do privado e do público, vamos ter ruas com faixa de pedestres privadas, então, se a gente quiser atravessar na faixa, como o serviço privado só é acessível mediante alguma forma de remuneração, vamos ter em cada rua a opção de atravessar na faixa privada pagando ou fora da faixa porque é público. Então, isso é insensato e daí para a frente. A única área da CET que tem rentabilidade, chamemos assim ou tem receita própria no sentido pleno da palavra é a Zona Azul, mas a Zona Azul ela pode ser terceirizada, alguns serviços da Zona Azul, mas basicamente a zona azul está fulcrada no poder de polícia do município. Ora, de uma certa forma ao fazer, se fosse privatizar "strito sensu" a zona azul estaria não ~~se~~ privatizando a Zona Azul estou privatizando o poder de polícia do município e aí eu acho que realmente chegaremos ao limite da insensatez. Não há como privatizar o poder de polícia que é inerente à função pública, porque se não houver possibilidade de multar quem estaciona em lugar proibido e esse é o centro da lógica da zona azul, a zona azul como negócio é um péssimo negócio, ele só sobrevive porque existe o poder de polícia pela multa no estacionamento irregular, não de acordo com a regulamentação e isso se faz com base no poder de polícia do município. Portanto, acho que a CET acho que já terceiriza uma porção de coisas, quem pinta as faixas quem faz as melhorias localizadas no sistema viário são todas empresas



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Feih 0. 96 do proc
PAULO 133 de 1923
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D32	1	morg.	com.privat.	25.8.93		

privadas contratadas pela CET. Se existe mais alguma coisa ou não dependendo de custos e outros aspectos gerenciais tudo bem, mas o serviço de controle e fiscalização, regulamentação e operação do trânsito em São Paulo não é privatizável, até porque ele ~~tem~~ tem como fulcro da sua atividade o poder de polícia do município, ou do poder público, A Cohab desconheço, preferia não comentar sobre a Cohab, não conheço as questões ~~inerantes~~ inerantes à Cohab e gacho que de empresas do município, o Serviço Funerário, é uma autarquia, também é terceiarizado numa porção de coisas, pode ser mais, não sei, se é uma outra discussão, que é a fábrica de caixões, que é do município. Entendo que não é necessário que os caixões sejam fabricados pelo município, isso é uma outra discussão e não tenho no momento dados para discutir essa questão.

Mas, queria apontar uma outra questão que não tem que necessariamente ver com o município mas é a chamada moda de privatização. Uma das razões que se diz que o Estado, em sentido mais geral deve privatizar é porque ele arca com custos que poderiam ser melhor dirigidos se fossem para serviços públicos típicos. É curioso, só para se ressaltar aqui, quando se fala em serviços públicos se fala de saúde, educação, etc., transportes fica meio de lado, porque existe sempre a idéia de que transportes pode ser resolvido pelo mercado, oque a gente já discutiu anteriormente uma posição absolutamente equivocada, no meu modo de ver, portanto, ~~tem~~ inclui ~~se~~ transportes de serviços públicos também, com a mesma natureza de saúde e educação. Isso é uma outra discussão até que não é o caso de fazer aqui, até porque de todos os serviços públicos o único que é cobrado é o transporte, diretamente do consumidor. É uma outra discussão, mas fica aí a indagação. Nenhum dos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 97
RAULO 133 de 1928
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D32	2	morg.	com,privat.	25.8.93		

outros o é e eles são tão serviços públicos igualmente. Mas o que eu queria falar é que então fica atraente vender se patrimônio público, para gerar-se receitas e a médio ou longo prazos diminuir as despesas de custeio sob a alegação de que assim se estará podendo dirigir esses recursos de custeio para outros setores do chamado serviço público. Mas, a discussão a meu modo de ver está falseada porque existe a questão de patrimônio. Na realidade, quando está se vendendo, está se vendendo um patrimônio, eu não entraria em discussões mais detalhadas, mas ouvi a informação na sexta-feira passada, que o valor patrimonial da Petrobrás há dez anos atrás era de 13 bilhões de dólares, valor patrimonial dado pelas ações em bolsa e hoje o valor patrimonial da Petrobrás deve estar em torno de dois bilhões de dólares. Então, no mínimo, estou pensando agora como negociantes, já que sou um sócio do poder público, como cidadão sou sócio do patrimônio público, qualquer que ele seja. No mínimo como negociante está se vendendo o patrimônio público na hora errada, ou seja, como aquela história de bolsa, você tem que comprar na baixa e vender na alta. Estamos fazendo como poder público exatamente o inverso, como se tivéssemos comprado na alta e vendendo na baixa. Portanto, sou contra porque estão vendendo o meu patrimônio na pior hora. Nem entro não estaria aqui nem entrando na discussão ideológica, estou entrando na discussão como negociante. Sou um cidadão sócio deste patrimônio e não quero que esse patrimônio seja vendido na pior hora de sua venda. E isto vai servir para uma série de outros, e aqui faço o retorno àquela questão do ~~CMTC~~ CMTC. Eu entendo que essa forma pela qual está sendo conduzida a extinção da CMTC está contando exatamente para isso, na medida que se está en-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº	98	do proc
N	133	de 19
O funcionário		
ORADOR	CONTAPARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
D33	1	morg.	com,privat.	25.8.93		

tregando mais linhas da CMTC sem alterar a sua relação de capital fixo, versos frota, e , portanto, as recêntas operacionais, a CMTC será cada vez mais uma empresax desvalorizada, cada vez mais ela será vendida a preço menor se assim a Câmara autorizar quandohouvera neces-
sárias discussão da extinção efetiva da CMTC, que ela prãcida ela precisa de legislação e nisso a atual administração está de acordo. Mas desde já reclamo, porque vai vender essa epresa da qual também sou dóvioz, enquanto patrimônio público e na pior hora, nas piores, condições. Então, acho que a discussão para a privatização não pode ser olhada apenas peloângulo ideológico, ela pode ser olhada sob o ângulo conceitual e foi isso que eu tentei fazer com serviço público, serviço privado, o que é regulado ao mercado e o que não é e de outro lado, em termos de ~~giz~~ negócios "stritu senso". Na medida que todos estamos de acordo, estamos no sistema capitalista, não vale a regra capitalista de bom negócio para o setor privado e de mau negócio para o setor público. Então, à independentemente de também de qualquer outra consideração ideológica eu acho que o processo de privatizações que orrida no Brasil é absolutamente de saque eu patrimônio público.

O SR. PRESIDENTE(José Índio) - Gostaria de colocar a possi-
bilidade de fazerem perguntas, mas o tempo está esgotado, mas se alguns dos senhores pretender fazer alguma pergunta, gostaria que fizesse mais sintética possível e o Secretário responderá.(Pausa.) Ninguém quer fazer perguntas. Agradeço a presença do Dr. Lúcio Gregori e dizer da satisfação de tê-lo aqui. Achamos que a explanação foi feita de forma



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 99 do proc.
RAULO 333 de 1982
C funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
D33	2	morg.	com.privat.	25.8.93		

diria até condizente, sabemos que das implicações e essa privatização da CMTC vem acontecendo, mas a partir de agora, dada a disponibilidade de tempo e término da própria comissão, vamos estudar e formalizar um relatório, ou se de outra forma entender, prolongar um pouco mais o trabalho, com a anuência do plenário. Muito obrigado Lúcia, muito obrigado a todos aqui presentes.

* * *



Câmara Municipal de São Paulo

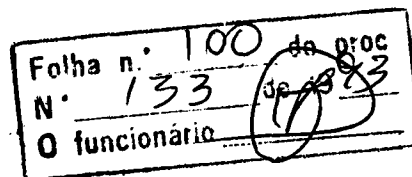
SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

São Paulo, 27 de agosto de 1993.

NEMO CEE/Nº 132 /93

Ao Cerimonial

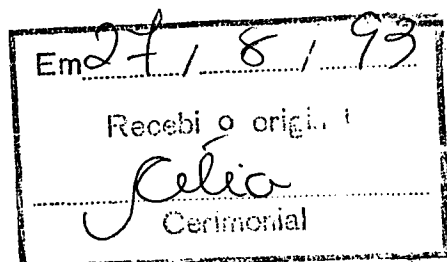
Senhor Chefe,



Conforme determinação do Ver. José Índio, Presidente da Comissão de Estudos da problemática da Privatização e Terceirização no âmbito da Administração Municipal de São Paulo, solicito a V. Sa. providências no sentido de ser reservado o Anexo "G", instalado equipamento de som para posterior transcrição e serviços de copa para o dia 01-09-93 das 13:30 às 15:00 horas, para reunião desta Comissão de Estudos.

Atenciosamente


JADER AUGUSTO PIMENTA
Secretário





Câmara Municipal de São Paulo

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

São Paulo, 31 de agosto de 1993.

MEMO CEE/Nº 135 /93

Ao Cerimonial

Senhor Chefe,

Folha n.º	101	do proc
N.º	133	da 1993
O funcionário		

Conforme determinação do Ver. José Índio, Presidente da Comissão de Estudos da problemática da Privatização e Terceirização no âmbito da Administração Municipal de São Paulo, solicito a V. Sa. providências no sentido de que seja cancelada a reserva do anexo "G", do dia 01 de setembro, quarta-feira, das 13:30 às 15:00 horas.

Atenciosamente

JADER AUGUSTO PIMENTA

Secretário

Atenciosamente



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	02	do proc.
N.º	133	de 1993
O funcionário		

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

À IMPRENSA OFICIAL

Encaminho, em anexo, relatório final da comissão especial de estudos para a problemática e terceirização no âmbito da administração municipal de São Paulo.

São Paulo, 24 de setembro de 1993.


Paulo Marcos Ap. de Paula
Secretário

Encaminhe-se.

 24
09
93



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 103	do proc.
N.º 133	de 1993
O funcionário	

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

REND. CEE/Nº 93/93

AD. DI. 1 - DEPARTAMENTO DE CURIABILIDADE

Se. Hor. Diretor,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos sobre Privatização e Terceirização no âmbito da Administração Municipal, solicito de V. Sª providências no sentido de publicar o texto que se segue nos Jornais "O Diário Popular" e o "Estado de São Paulo" nos dias 29.06.93.

Ver. José Índio Ferreira do Nascimento

Presidente

WALTER AUGUSTO MARQUES

Secretário Executivo

LE 22.973



Recebimento Convite Ver. José Índio - Presidente Com. Estudos Privat. e Terceirização -
Dia 30/6/93 13:30h - Sala 1303 - 80a.

Câmara Municipal de São Paulo

4º (nome=ADRIANO DIOGO) *21.361*

6º (nome=ALBERTO CALVO) *22201*

10º (nome=ALEX FREUA NETO) *Resângela 21.738*

7º (nome=ALNIR GUIMARÃES) *20361*

3º (NOME=ANTONIO CARLOS CARUSO) *22015*

11º (NOME=ANTONIO PAIVA MONTEIRO FILHO) *22.199*

~~4º~~ (NOME=ANTONIO SAMPAIO) *21192*

9º (NOME=ARNALDO DE ABREU MADEIRA) *21051*

11º (NOME=ARSELINO TATTO) *186.524*

3º (NOME=AURELIO NONDRA) *RF 22319 28-06-93*

11º (NOME=AVANIR DURAN GALHARDO) *22.267*

11º (NOME=BRUNO FEDER) *10.667*

5º (NOME=BRASIL VITA) *22083*

6º (NOME=COGME LOPES) *22.418*

11º (NOME=DALMO PESSOA) *22.581 - 29/06/93*

10º (NOME=DARCIO ARRUDA) *22169*

10º (NOME=DEVANIR RIBEIRO) *Márcia Goulart - 21490*

4º (NOME=EDER JOFRE) *21933*

6º (NOME=EDIVALDO ALVES ESTIMA) *22277*

Folha n° 104 do proc
N° 133 de 1993
O funcionário



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 105 do proc.
N.º 133 de 1993
O funcionário

- 4º (NOME=ENÍLIO MENECHINI) *Seary* 20700
- 5º (NOME=FARIA LIMA) _____
- 11º (NOME=FRANCISCO WHITAKER) *Whitaker* 542.912
- 7º (NOME=GILBERTO KASSAB) *Smorru* 22.325
- 5º (NOME=GILBERTO NASCIMENTO) *(?) papel* _____
- 3º (NOME=GUILHERME GIANETTI) *ull* 21034
- 7º (NOME=HANNA GHARIB) *Gharib* 618330
- 10º (NOME=HENRIQUE PACHECO) *Pacheco* 509391
- 8º (NOME=ÍTALO CARDOSO) *Cardoso* 22.188
- 5º (NOME=JOOJI HATO) *Hato* _____
- (NOME=JOSÉ ÍNDIO FERREIRA DO NASCIMENTO) _____
- 10º (NOME=JOSÉ MENTOR) *Mentor* 21.514
- 6º (NOME=JOSÉ VIVIANI) *SPABIAN* -6.924.852
- 7º (NOME=MANOEL SALA) *Sala* 22.233
- 10º (NOME=MARIO NODA) *Noda* 654.993.400.
- 7º (NOME=MARCOS MENDONÇA) *Mendonça* 21.531.
- 7º (NOME=MARIO DIAS) *Dias* 22.430
- 4º (NOME=MAURÍCIO FARIA) *Faria* 20.547



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 106 do prog.
N.º 133 de 29/06/93
O funcionário

6.º (NOME=MIGUEL COLASUONNO)

6.º (NOME=MURILLO ANTUNES ALVES)

10.º (NOME=NELO RODOLFO)

11.º (NOME=ODILON GUEDES)

6.º (NOME=OSVALDO GIANNOTTI)

10.º (NOME=OSVALDO SANCHES)

4.º (NOME=PAULO KOBAYASHI)

7.º (NOME=ROBERTO TRÍPOLI)

5.º (NOME=TEREZA CRISTINA LAJOLO)

4.º (NOME=USHITARO KAMIA)

4.º (NOME=VITAL NOLASCO)

6.º (NOME=WADIH MUTRAN)

8.º (NOME=VICENTE VISCOME)

5.º (NOME=ALDAIZA SPOSATI)

3.º (NOME=ANA MARTINS)

5.º (NOME=LÍDIA CORRÊA)

3.º (NOME=ZULAIÊ COBRA RIBEIRO)

Archibaldo Zanera

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature] 22.509.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature] 22.528

[Handwritten signature] 22.203

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

22.389
29/06/93

22.258

22.464

21.293

533.445

11/065

21.980

22.560

22.162

22.363 29/06/93

22.535 - 29/06/93

63.65-3

22.252

Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	107	do prog.
N.º	133	de 1993
C funcionário		

RELATÓRIO

A Comissão de Estudos sobre Privatização e Terceirização no âmbito da Prefeitura de São Paulo foi criada por iniciativa do vereador José Índio Ferreira do Nascimento. Deve-se portanto, antes de mais nada, louvar a oportunidade da iniciativa do nobre colega. Os processos de privatizações e de terceirização de empresas e serviços públicos são temas polêmicos, não devendo o legislativo se furtar a esta discussão e a exigência de seu posicionamento sobre a questão. Ademais o processo de privatização da CMTC já é uma realidade e até o presente momento a Câmara Municipal de São Paulo ainda não se manifestou a respeito. Quanto às demais empresas passíveis de privatização ou de terceirização de seus serviços (EMURB, CET, PRODAM, Anhembi) pouco se sabe das reais intenções do Executivo, restando a esta Egrégia Casa acompanhar a matéria pela imprensa.

Compuseram esta Comissão de Estudos os seguintes vereadores: José Índio Ferreira do Nascimento (presidente), Aldaíza Sposati (relatora), Almir Guimarães, Antonio Carlos Caruso, Gilberto Kassab, Murilo Antunes Alves, Odilon Guedes e Vital Nolasco.

Dado o restrito espaço de tempo para a realização dos trabalhos desta Comissão, intercalada pelo recesso parlamentar, bem como as inúmeras outras Comissões de que já fazem parte os vereadores acima citados, a Comissão teve os seus trabalhos prejudicados. No início estavam programados vários depoimentos; uns deveriam ter um caráter mais abrangente, debatendo o papel do Estado numa economia capitalista; outros seriam mais específicos e analisariam, caso a caso, cada uma das privatizações ou terceirizações na gestão da Prefeitura de São Paulo.

Porém, pelos problemas já expostos anteriormente, só foi possível a esta Comissão ouvir dois depoimentos. Deve-se portanto fazer uma menção para que numa possível revisão do Regimento Interno desta Casa seja revisto o conceito, a duração e o funcionamento das Comissões de Estudos.

O primeiro depoimento foi dado a esta comissão pelo Secretário Municipal do Planejamento, Marcos Cintra, que é também denominado pelo Prefeito Paulo Maluf de Secretário da Privatização e Parceria. Segundo o Secretario a privatização é hoje uma tendência em todo o mundo, não devendo ser encarada como modismo, ou mesmo com qualquer tonalidade ideológica. Para Cintra, trata-se apenas da busca, por parte do Estado, da eficiência, produtividade e incentivo à competição, uma vez que tais metas tais metas não são procuradas pelas empresas estatais pois não há critérios de avaliação que objetivem isto. Para Cintra, no setor público é muito difícil punir um mau administrador, implementar mecanismos de cobrança e sanção, enquanto que no

Câmara Municipal de São Paulo

n.º	100	do proc
N.º	133	da
O funcionário		

Mas as atividades que a iniciativa privada pode conduzir de forma competitiva e tem condições de executar devem ser realizadas fora da esfera do setor público.

Entende o Secretário que a prefeitura não tem quase nenhuma empresa onde o "processo clássico" de privatização possa ocorrer. Por este processo entende-se a transferência do patrimônio das estatais para a iniciativa privada mediante leilões ou vendas. Para ele, este processo não ocorrerá com a CMTC, pois se trata de oferecer em concessão algumas atividades para o setor privado e não a venda de seu patrimônio. No caso do Anhembi o que o executivo planeja é um contrato de gestão para o serviço alcançar maior eficiência. O parque seria gerido por uma empresa privada com participação da prefeitura no faturamento das atividades. Entende o Secretário que este é um caso de monopólio público e que, portanto, cabe ao governo garantir, neste contrato de gestão, o interesse da cidade, podendo até mesmo vetar as atividades que entender como prejudicial a estes interesses.

Segundo o Secretário, deve-se fazer uma separação entre operação e normatização dos serviços públicos. Isto quer dizer que no caso da CMTC, por exemplo, o que será transferido às empresas privadas é a operação do sistema de transporte e dos demais serviços prestados pela empresa. A regulação e o controle do sistema continuarão a ser realizados pelo Estado.

O Secretário também considera elevado o custo dos serviços realizados pela empresa de processamento de dados, PRODAM. Argumenta que a iniciativa privada poderia realizar estes serviços por um preço inferior.

Um contraponto às ideias colocadas pelo professor Marcos Cintra foi dado pelo Secretário Municipal dos Transportes na gestão Luiza Erundina, Lúcio Gregori. No seu entender existem determinadas mercadorias e serviços que devem ser regulados pelo mercado, onde a concorrência acabará por determinar o preço e a qualidade destes artigos. Porém, atenta Gregori, alguns serviços e mercadorias não possuem esta característica de mercado, até porque não são regulados pela lei da oferta e da demanda. Este é o caso do transporte coletivo.

O número de passageiros não se altera em função da concorrência. Se por algum motivo qualquer mais empresas oferecerem seus serviços, isto não implicará num aumento do número de viagens que cada pessoa realizará por dia. Tão pouco as pessoas farão mais viagens por causa de uma melhora na qualidade do serviço oferecido (pode acontecer alguma alteração neste sentido, mas nada de significativo).

Entende Gregori que o transporte coletivo é uma concessão do Estado sobre a forma de monopólio e portanto não pode ser totalmente privatizado ou teceirizado. Se isto vier a ocorrer estará se transformando mais dia menos dia num serviço de caráter privado e portanto dentro de uma lógica de exclusão.

Gregori lembra que a cidade de São Paulo tinha uma certa quantidade de linhas de ônibus que eram, no sentido estrito do termo, rentáveis. O empresário

Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	109	do total
N.º	133	de 1993
O funcionário		

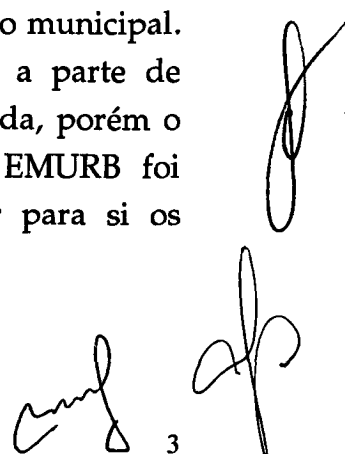
deveriam cobrar uma tarifa tão elevada que acabaria por tornar as viagens inacessíveis a quem delas necessitasse. Segundo Gregori a prefeitura, através da CMTC, acabou assumindo estas linhas não rentáveis e passando ao setor privado as linhas lucrativas. Com este procedimento, o poder público absorveu a responsabilidade de dar transporte aos cidadãos que moram nas periferias distantes. Gregori considera que, se a CMTC for privatizada, será reestabelecida a lógica do mercado e muitos vão ficar sem transporte, uma vez que a tarifa tornará inacessível o serviço à população mais carente. O prejuízo que a CMTC acumulou ao longo dos anos se deve a este "falso mercado" e não a sua ineficiência administrativa.

Gregori também argumenta que em 1992, com a municipalização do transporte, passou a ser imperativa a presença da CMTC como operadora. Segundo o ex-secretário, sem a participação desta empresa, o setor privado passaria a exercer todo tipo de pressão no que se refere à rentabilidade. Com a privatização total do sistema, não seria possível ao Município saber realmente qual o custo do serviço e portanto a tarifa a ser cobrada. A pressão do setor privado para que a tarifa aumentasse seria cada vez maior.

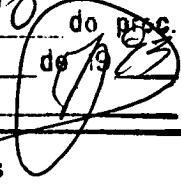
Segundo Gregori, igualadas as condições operacionais da CMTC com as empresas privadas de transporte coletivo, ela custa em torno de 27%, 30% mais na comparação km por passageiro. Isto acontece porque os salários de seus operadores são cerca de 30% superiores aos que paga a iniciativa privada. A CMTC oferece a seus trabalhadores um plano de carreiras e salários que na iniciativa privada não existe. Conforme o tempo de trabalho que o trabalhador possui na empresa ele vai atingindo patamares mais elevados de salário. Na empresa privada o sujeito que trabalha há dez anos como motorista recebe o mesmo que seu colega recém contratado.

Outra diferença é que a CMTC possui um capital fixo necessário para operar quatro mil ônibus, apesar de sua frota atual ser de apenas 2700 veículos. A empresa deveria optar entre dois caminhos possíveis, quais sejam, aumentar o número de ônibus para 4000 ou reduzir este capital fixo para chegar no suficiente para uma frota de 2700 veículos. Para Gregori, a opção atual do governo de passar as linhas para a iniciativa privada é o pior caminho, a CMTC continuará a ter um enorme capital fixo com uma possibilidade de receita cada vez menor. Desta maneira, a empresa será cada vez mais deficitária.

Gregori entende que outras empresas estatais poderiam ter seus serviços terceirizados, como o Anhembi, por exemplo. No caso da PRODAM sua compreensão é de que alguns serviços que a empresa realiza poderiam também ser terceirizados, mas outros não poderiam sê-lo de maneira alguma, já que trabalham com informações de caráter estratégico como o orçamento municipal. Trata-se, neste caso, de privatizar poder. Para o ex-secretário, a parte de gerenciamento de obras da EMURB também poderia ser terceirizada, porém o mesmo não ocorre com a empresa como um todo, já que a EMURB foi justamente criada para que o setor público pudesse capitalizar para si os benefícios das melhorias que ele faz na cidade.



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	110	do proc.
N.º	133	de 1993
O funcionário		

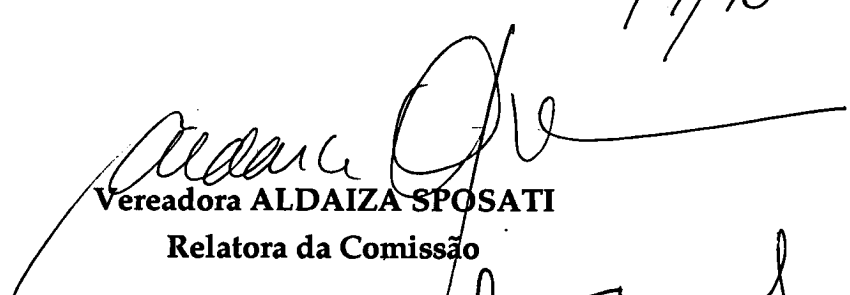
Enfim, como se pode observar, os pontos de vista a respeito das privatizações e das terceirizações são bastante diversos. Existem argumentos colocados pelos dois depoentes que deveriam ser mais aprofundados. Será que o município não deveria continuar operando no sistema de transportes da cidade? Para manter-se no sistema seria necessário que a CMTC tivesse este tamanho que tem hoje? O que será feito com o capital fixo da CMTC? O que pode ser feito com as demais empresas da prefeitura?

O debate ainda está longe de terminar. Propõe portanto este relatório que esta questão continue a ser analisada nesta Casa. Pois as empresas estatais não são de propriedade deste ou daquele governo, mas sim da população como um todo. Mais do que isso, é importante ampliar a discussão da terceirização usada pela administração direta, como é o caso da administração do lixo e das políticas de conservação da cidade como o patrimônio municipal já que frequentemente, a execução de novas obras é matéria de empreitada por licitação. No caso, a relação de atribuições e competências entre a administração direta e as empresas de obras públicas também está a requerer uma política. A exemplo, cabe contratar o gerenciamento de obras, ou este deve ser da Prefeitura? Palco de contínuos conflitos é o exemplo do funcionamento da Usina de Asfalto e os custos da política de conservação – do tapa buraco ao recapeamento – do piso da cidade.

Outra frente diz respeito ainda a análise do barateamento ou não da produção direta do mobiliário urbano (bancos de praças, grades, etc.) incluindo a fábrica de argamassa armada e as produções de guias e sargetas. A mesma indagação cabe para os serviços prestados nas oficinas desde gráficas, marcenarias, funilarias, recuperação de motores, etc. Há um arsenal de equipamentos municipais neste campo cujo uso necessita ser avaliado.

É importante lembrar ainda o processo de terceirização no campo social que está se iniciando, principalmente na iniciativa que vem sendo denominada como "Adote uma Creche", que não coloca com clareza o papel da responsabilidade pública.

Tomar este tema da terceirização e privatização da gestão da cidade de São Paulo supõe pois que esta Câmara avalie seus estudos e discussões de modo a propor uma política de claro posicionamento da Prefeitura de São Paulo como produtora, gestora e indutora do avanço e da equalização da qualidade de vida para a população da cidade.


Vereadora ALDAIZA SPOSATI
Relatora da Comissão

19/93





Publicado no DIÁRIO OFICIAL	
de	29/09/1993
pagina	3132
columna	2ª em diante
conferido:	Bellu



Câmara Municipal de São Paulo

PUBLIQUE-SE EM

VOTO COMPLEMENTAR À RELATORIA

Folha n.º	III	do proc.
N.º	133	de 1992
O funcionário		

O presente relatório tem por objetivo completar e aprofundar o relatório elaborado pela Vereadora Aldaisa Sposati, relatora da presente comissão.

O relatório da Nobre Vereadora atém-se, basicamente, ao depoimento do ex-Secretário Lucio Gregori. Assim, para que o debate possa continuar em outra oportunidade é importante registrar alguns dados para análise a partir dos depoimentos à Comissão e também do momento vivido pela cidade com a privatização da CMTC.

Registre-se, assim, em primeiro lugar que a privatização é uma tendência universal por representar o caminho mais seguro para a eficiência e produtividade do Estado, nos serviços realmente de sua competência, típicos de sua responsabilidade. É importante salientar que o processo de privatização atinge países com tradição capitalista e países com sua história construída no socialismo, como é o caso da China. Como se depreende, a questão ideológica não traça um diferencial ao processo.

No caso de São Paulo, e mais especificamente, no caso do transporte público, devemos falar em terceirização, se quisermos nos aproximar do processo em curso na CMTC. Essa empresa, fruto de problemas crônicos agravados com a última administração e o processo de municipalização, tem hoje um patrimônio líquido negativo. Tentar vendê-la, no modelo clássico de privatização seria, de per si, um péssimo negócio, para a Administração - que teria que pagar para dela se desfazer, e para o comprador - por motivos óbvios.

A CMTC, portanto, será terceirizada, o que vale dizer: algumas atividades serão repassadas ao setor privado, através de concessão; estes executarão de serviços antes executados pelo setor público, detentor dos estritos limites legais.

Os dados numéricos da CMTC - constantes dos documentos anexos - precisam ficar registrados. Esta empresa vinha provocando verdadeira sangria nos cofres públicos, cuja subvenção chegava a quase 500 milhões de dólares/ano.

Terceirizar a CMTC hoje é o único caminho da administração municipal para continuar oferecendo os serviços essenciais, estes sim, de sua absoluta responsabilidade.



Câmara Municipal de São Paulo

Deve-se deixar registrado que a CMTC, enquanto gestora do sistema, não sofrerá alterações, a não ser aquelas consideradas importantes para o enxugamento de uma máquina inchada e ineficiente. Usando uma expressão do próprio Secretário Marcos Cintra, a CMTC continuará no seu papel de "policial do sistema". Esta prerrogativa, e mais que isso, essa responsabilidade, não será repassada a terceiros. Caberá ao Poder Público a normatização, o controle e a fiscalização sobre todo o sistema. Da mesma forma a possibilidade da participação dos empregados na aquisição de parte da empresa, enquanto operadora.

Neste processo é fundamental salientar que o usuário, a população em geral e os cofres públicos não serão onerados. O interesse público estará preservado, principalmente, porque a gestão do sistema, o planejamento, a programação, o controle, a fiscalização, continuarão exclusivamente a cargo do poder público. Desta forma, a administração é quem responderá, em última instância, pela garantia da qualidade do serviço, pela relação custo/benefício, pela observância da atualização da infra estrutura. Indiscutivelmente, a terceirização ora em curso tratará apenas da operação do sistema, hoje, em parte com o setor público, através da CMTC e em grande parte, já com a iniciativa privada.

Dados os motivos já amealhados pela Nobre Relatora Aldaisa Sposati, esta Comissão não pôde avançar neste estudo da privatização, que é de alta relevância para o desenvolvimento do Município de São Paulo.

Este relatório, acoplado ao já produzido pela relatoria pretende contribuir para o melhor equacionamento de tão vital questão.

Jose Inácio
Kassab
Pecunia
Pecunia

Publicado no DIÁRIO OFICIAL
de 29/09/93
pagina 31/32 3ª em diante
conferido: JHL



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 113 do proc.
N.º 133 de 1993
O funcionário

114

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

AO DT. 94(Biblioteca)-(arquivo)

Senhora Diretora,

Conforme determinação do Presidente da Comissão Especial para Estudos da Problemática da Privatização e Terceirização no âmbito da Administração Municipal de São Paulo, solicito a Vossa Senhoria o encaminhamento do presente processo ao setor competente para o seu devido arquivamento.

Em: 25/04/94


JADER AUGUSTO PIMENTA
Secretário

obs: Dois fls. + 2

DEPARTAMENTO	
DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMÁTICA	
SEÇÃO TÉCNICA DE ARQUIVO	
Proc. encerrado c/	114 fls.
Arquivo em	25.04.94
O Func.º	Mosack Molina
Auxiliar de Secretaria	